

Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA
DE CARVALHO MOURA
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 16/07/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Procurador do Município de Natal**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 5 questões passíveis de recurso, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 19, 63, 68, 70 e 84.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING de Procurador do Município de Natal**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/fec24c7b-3665-47e5-b454-cef17aed7377>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/7705a7bb-1d43-49ce-a5ab-2a2e7ff2d6b9>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Vocês também poderão acompanhar todos os eventos através deste link:

[Gabarito Extraoficial - Procurador do Município de Natal \(estrategia.com\)](https://cj.estrategia.com/gabarito-extraoficial-procurador-do-municipio-de-natal)

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



PROVA COMENTADA – PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE NATAL

QUESTÃO 01. A respeito do Poder Legislativo, assinale a opção correta.

- a) Matéria constante de projeto de lei rejeitado não poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.
- b) Os vereadores, assim como os deputados estaduais, possuem foro especial por prerrogativa de função.
- c) A partir da data de sua posse, os deputados federais e os senadores serão submetidos a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- d) O Deputado federal que for nomeado como secretário de prefeitura municipal perderá automaticamente o mandato legislativo.
- e) O vereador possui imunidade material por suas opiniões, palavras e votos, desde que no exercício do mandato e na circunscrição de seu município.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta. A imunidade material do vereador encontra previsão constitucional no art. 29. *In verbis*: “Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;”

A alternativa A está incorreta. A própria Constituição apresenta os requisitos para que o projeto seja apresentado na mesma sessão: “Art. 67. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.”

A alternativa B está incorreta. Os vereadores não estão contemplados no rol de cargos que possuem foro especial por prerrogativa de função, sendo incabível falar em inclusão discricionária por norma diversa da Constituição Federal. Nesse sentido: “1. A Constituição Federal estabelece, como regra, com base no princípio do juiz natural e no princípio da igualdade, que todos devem ser processados e julgados pelos mesmos órgãos jurisdicionais. 2. Em caráter excepcional, o texto constitucional estabelece o chamado foro por prerrogativa de função com diferenciações em nível federal, estadual e municipal. 3. Impossibilidade de a Constituição Estadual, de forma discricionária, estender o chamado foro por prerrogativa de função àqueles que não abarcados pelo legislador federal. (STF - ADI: 2553 MA 0003691-02.2001.1.00.0000, Relator: GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 15/05/2019, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 17/08/2020)”.

A alternativa C está incorreta. O marco é a expedição do diploma e não a posse. Nesse sentido o texto constitucional: “Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. §1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.”



A alternativa D está incorreta. Trata-se de questão disciplinada de forma expressa na Constituição. Vejamos: “Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador: I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária”.

QUESTÃO 02. No que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta.

a) Iniciativa popular pode propor emenda à Constituição estadual se tal proposição estiver prevista na referida carta constitucional.

b) Em razão da hierarquia de leis, norma municipal não pode prevalecer sobre norma estadual, e norma estadual não pode prevalecer sobre norma federal.

c) A União pode intervir em municípios.

d) Governadores e prefeitos não podem editar medidas provisórias.

e) Por serem consideradas normas originárias, as emendas constitucionais não são passíveis de controle de constitucionalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**

A alternativa a está correta. Trata-se de tema já pacificado na jurisprudência do STF. Vejamos: “É facultado aos Estados, no exercício de seu poder de auto-organização, a previsão de iniciativa popular para o processo de reforma das respectivas Constituições estaduais, em prestígio ao princípio da soberania popular (art. 1º, parágrafo único, art. 14, I e III, e art. 49, XV, da CF). 4. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, nessa parte, julgada parcialmente procedente. (ADI 825, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 25/10/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-139 DIVULG 26-06-2019 PUBLIC 27-06-2019)”

A alternativa b está incorreta. Não existe hierarquia entre normas de diferentes entes políticos.

A alternativa c está incorreta. A Constituição determina que a Constituição pode intervir nos estados e no DF, enquanto os estados podem intervir no município. Vejamos: “Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: ; Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:”

A alternativa d está incorreta. Em razão do princípio da simetria, existindo previsão, os chefes do executivo estadual e municipal poderão editar medidas provisórias. Nesse sentido: “1. Podem os Estados-membros editar medidas provisórias em face do princípio da simetria, obedecidas as regras básicas do processo legislativo no âmbito da União (CF, artigo 62). 2. Constitui forma de restrição não prevista no vigente sistema constitucional pátrio (CF, § 1º do artigo 25) qualquer limitação imposta às unidades federadas para a edição de medidas provisórias. Legitimidade e facultatividade de sua adoção pelos Estados-membros, a exemplo da União Federal. (STF - ADI: 425 TO, Relator: MAURÍCIO CORRÊA, Data de Julgamento: 04/09/2002, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 19/12/2003)”.

A alternativa e está incorreta. As emendas constitucionais são passíveis de controle de constitucionalidade, vez que decorrem de processo legislativo, nos termos do art. 59 da Constituição.

QUESTÃO 03. Assinale a opção correta no que diz respeito às súmulas vinculantes.



- a) Municípios não poderão propor edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante.
- b) A proposta de edição, revisão ou cancelamento de súmula vinculante gera automaticamente a suspensão de processo no qual se discuta questão semelhante à matéria prevista na súmula.
- c) A edição de enunciado de súmula vinculante terá efeito em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública, direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- d) Da decisão judicial de primeira instância que contrariar o enunciado de súmula vinculante caberá recurso ordinário direto ao STF.
- e) Qualquer partido político registrado na justiça eleitoral poderá propor edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**

A alternativa c está correta. O efeito vinculante encontra previsão legal expressa, nos termos da lei 11417/06. Nesse sentido: “Art. 2º O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, editar enunciado de súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma prevista nesta Lei.”.

A alternativa a está incorreta. Nos termos da lei 11417/06, os municípios são legitimados. Vejamos: “Art. 3º São legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante: § 1º O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo.”

A alternativa b está incorreta. A suspensão não é autorizada. *In verbis*: “Art. 6º A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.”

A alternativa d está incorreta. Caberá reclamação, e não recurso ordinário. Vejamos: “Art. 7º Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.”.

A alternativa e está incorreta. O partido político deve ter representação no Congresso Nacional. Nesse sentido: “Art. 3º São legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante: VII – partido político com representação no Congresso Nacional;”

QUESTÃO 04. Em relação à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), assinale a opção correta.

- a) A decisão proferida em ADPF terá efeito restrito às partes e aos interessados no processo.
- b) Indeferida a petição inicial em processo de ADPF, caberá recurso ordinário, no prazo de 10 dias.
- c) A possibilidade de suspensão dos processos ou dos efeitos das decisões judiciais foi julgada inconstitucional pelo STF, por ferir o princípio da economia processual.



d) As decisões a respeito das ADPF serão tomadas em sessão com a presença de, no mínimo, 2/3 dos ministros do STF.

e) Da decisão que julgar improcedente a ADPF caberá agravo, no prazo de 10 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

A alternativa d está correta. A lei que dispõe sobre a ADPF é a lei nº 9882/99, e a alternativa encontra correspondência exata em seu art. 8º. Observa-se: “Art. 8º A decisão sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental somente será tomada se presentes na sessão pelo menos dois terços dos Ministros.”

A alternativa a está incorreta. A eficácia será *erga omnes*, nos termos da lei. Vejamos: “Art. 10. Julgada a ação, far-se-á comunicação às autoridades ou órgãos responsáveis pela prática dos atos questionados, fixando-se as condições e o modo de interpretação e aplicação do preceito fundamental. § 3º A decisão terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público”

A alternativa b está incorreta. Caberá agravo no prazo de 5 dias, e não recurso ordinário em 10 dias. Nesse sentido: “Art. 4º A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo relator, quando não for o caso de arguição de descumprimento de preceito fundamental, faltar algum dos requisitos prescritos nesta Lei ou for inepta. § 2º Da decisão de indeferimento da petição inicial caberá agravo, no prazo de cinco dias.”

A alternativa c está incorreta. É possível a suspensão dos processos, conforme previsão expressa. “Art. 5º O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental. § 3º A liminar poderá consistir na determinação de que juízes e tribunais suspendam o andamento de processo ou os efeitos de decisões judiciais, ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, salvo se decorrentes da coisa julgada”.

A alternativa e está incorreta. A decisão é irrecorrível. Conforme determina a lei: “Art. 12. A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, não podendo ser objeto de ação rescisória.”

QUESTÃO 05. A respeito das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

a) É constitucional norma estadual que atribua à Defensoria Pública do estado a atuação na defesa de servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do cargo.

b) Os membros da Defensoria Pública estadual podem exercer a advocacia privada, desde que fora de horário normal de expediente.

c) Apesar da autonomia de Defensoria Pública do estado, cabe ao governador elaborar o orçamento do referido órgão.

d) O início da contagem do prazo para interposição de recurso por advogado público dar-se-á da publicação, em diário oficial, da decisão a ser impugnada.

e) O Ministério Público não possui legitimidade ativa para requerer a internação compulsória de uma pessoa vítima de alcoolismo, caso exista Defensoria Pública organizada no estado.

Comentários



A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa e está correta. Trata-se de entendimento sedimentado pelo STF. Vejamos: “- Ministério Público. Legitimidade ativa. Medida judicial para internação compulsória de pessoa vítima de alcoolismo. Ausência. O Ministério Público não tem legitimidade ativa ad causam para requerer a internação compulsória, para tratamento de saúde, de pessoa vítima de alcoolismo. Existindo defensoria pública organizada, tem ela competência para atuar nesses casos. [RE 496.718, rel. p/ o ac. min. Menezes Direito, j. 12-8-2008, 1ª T, DJE de 31-10-2008.]”

A alternativa a está incorreta. A norma é inconstitucional, conforme já decidido. Nesse sentido: “"Norma estadual que atribui à Defensoria Pública do estado a defesa judicial de servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo extrapola o modelo da CF (art. 134), o qual restringe as atribuições da Defensoria Pública à assistência jurídica a que se refere o art. 5º, LXXIV." (ADI 3.022, rel. min. Joaquim Barbosa, julgamento em 2-8-2004, Plenário, DJ de 4-3-2005.)”

A alternativa b está incorreta. Existe proibição para que os membros da defensoria atuem na advocacia privada. Observa-se o julgado: “AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 137 DA LEI COMPLEMENTAR N. 65, DE 16 DE JANEIRO DE 2003, DO ESTADO DE MINAS GERAIS. DEFENSOR PÚBLICO. EXERCÍCIO DA ADVOCACIA À MARGEM DAS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS. INCONSTITUCIONALIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 134 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. O § 1º do artigo 134 da Constituição do Brasil repudia o desempenho, pelos membros da Defensoria Pública, de atividades próprias da advocacia privada. Improcede o argumento de que o exercício da advocacia pelos Defensores Públicos somente seria vedado após a fixação dos subsídios aplicáveis às carreiras típicas de Estado. (STF - ADI: 3043 MG 0004316-22.2003.0.01.0000, Relator: EROS GRAU, Data de Julgamento: 26/04/2006, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 27/10/2006)”

A alternativa c está incorreta. Cabe a própria defensoria elaborar seu orçamento. Vejamos a decisão sobre o tema: “Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, bem como a prerrogativa de formulação de sua própria proposta orçamentária (art. 134, § 2º, da CRFB/88), por força da Constituição da República (Emenda Constitucional nº 45/2004). (ADI 5287, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 18/05/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-194 DIVULG 09-09-2016 PUBLIC 12-09-2016)”

A alternativa d está incorreta. Consta nas Anotações NUGEPNAC do Tema Repetitivo 959 STJ entendimento que o termo inicial é entrega dos autos à repartição. Vejamos: “Em virtude de questionamentos relacionados à aplicabilidade da tese firmada no Tema 959/STJ à Defensoria Pública, informamos, com base em orientação do Gabinete do Ministro Relator, que da análise conjunta do acórdão proferido no Tema 959/STJ (DJe de 14/9/2017) e do acórdão proferido no HC 296.759 (DJe de 21/9/2017), conclui-se que a tese "O termo inicial da contagem do prazo para impugnar decisão judicial é, para o Ministério Público, a data da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão, sendo irrelevante que a intimação pessoal tenha se dado em audiência, em cartório ou por mandado" aplica-se aos membros da Defensoria Pública.”.

QUESTÃO 06. No que concerne aos servidores públicos e à competência dos Poderes Executivo e Legislativo, assinale a opção correta.

a) Nas situações em que a Constituição Federal de 1988 autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório deve ser considerado em relação ao somatório do recebido pelo servidor ao acumular as funções.



b) Lei estadual não pode prever plano de desligamento voluntário de servidores, pois tal matéria só pode ser disciplinada por lei federal.

c) Decreto legislativo não pode estabelecer anulação de adesões a planos de desligamento voluntário e de atos de demissão e reintegração de servidores, sob pena de invadir competência do Poder Executivo.

d) É garantido o direito de greve aos policiais civis dos estados, sendo tal direito vedado apenas aos policiais militares.

e) O princípio da isonomia nos vencimentos autoriza o Poder Judiciário a reconhecer o direito ao aumento do vencimento de servidor do Poder Executivo que requeira equiparação com o vencimento de servidor do Poder Legislativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa c está correta. O STF já firmou a impossibilidade de se estabelecer anulação de adesão de plano de desligamento voluntário por meio de decreto legislativo. Vejamos: “A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido da impossibilidade de o Poder Legislativo, por meio de decreto legislativo, interferir em ato espontâneo de adesão dos servidores públicos ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, instituído pela Lei 4.865/1996 do Estado do Piauí, e determinar a reintegração dos servidores, porquanto tal conduta implicaria invasão em competência específica do Poder Executivo que dá cumprimento à legislação própria instituidora do aludido programa. Precedentes. SEGUNDO A G .REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 710.030 PIAU”

A alternativa a está incorreta. O teto deve observar cada uma das atividades. Nesse sentido: “TETO CONSTITUCIONAL - ACUMULAÇÃO DE CARGOS - ALCANCE. Nas situações jurídicas em que a Constituição Federal autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido. (RE 602043, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 27/04/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 06-09-2017 PUBLIC 08-09-2017) “

A alternativa b está incorreta. O estado possui competência para instituir lei com plano de desligamento voluntário de seus servidores, tanto é que a lei federal 9468/97 é específica ao determinar que institui o programa de desligamento voluntário de servidores do poder executivo federal.

A alternativa d está incorreta. O STF já firmou entendimento contrário. Vejamos: “O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública. ARE 654432/GO, rel. orig. Min. Edson Fachin, red. p/ o ac. Min. Alexandre de Moraes, julgamento em 5.4.2017. (ARE-654432)”.

A alternativa e está incorreta. O tema é disciplinado na súmula vinculante nº 37. Vejamos a redação: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”.

QUESTÃO 07. A respeito das comissões parlamentares de inquérito (CPI)., assinale a opção correta.

a) O investigado que não compareça a uma audiência designada por uma CPI poderá responder por crime de desobediência.

b) CPI pode determinar a indisponibilidade de bens do investigado para assegurar o ressarcimento de eventual prejuízo causado ao erário.



c) CPI não possui competência para ter acesso a dados sigilosos do investigado, sendo necessária decisão judicial para tal providência.

d) As CPI não são dotadas de quaisquer competências sancionatórias.

e) É atribuição do primeiro-secretário da Câmara dos Deputados aferir o preenchimento dos requisitos necessários à instauração de uma CPI.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa d está correta. Conforme expresso em julgado do STF: “as comissões parlamentares de inquérito não são dotadas de quaisquer competências sancionatórias, quer dizer, não têm o poder de punir quem quer que seja.” MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA 38.043 DISTRITO FEDERAL RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI.

A alternativa a está incorreta. O não comparecimento é exercício do direito à não autoincriminação, conforme apresentado em jurisprudência do STF: “Habeas corpus. 2. Intimação de investigado para comparecimento compulsório à Comissão Parlamentar de Inquérito, sob pena de condução coercitiva e crime de desobediência. 3. Direito ao silêncio e de ser acompanhado por advogado. Precedentes (HC 79.812/SP, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 16.2.2001). 4. Direito à não autoincriminação abrange a faculdade de comparecer ao ato, ou seja, inexistente obrigatoriedade ou sanção pelo não comparecimento. Inteligência do direito ao silêncio. 5. Precedente assentado pelo Plenário na proibição de conduções coercitivas de investigados (ADPF 395 e 444). 6. Ordem concedida para para convolar a compulsoriedade de comparecimento em facultatividade. (STF - HC: 171438 DF 0022752-13.2019.1.00.0000, Relator: GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 28/05/2019, Segunda Turma, Data de Publicação: 17/08/2020)”.

As alternativas b e c estão incorretas. A CPI não pode determinar a indisponibilidade de bens do investigado, mas possui competência para ter acesso a dados deste. Nesse sentido: “1. Incompetência da Comissão Parlamentar de Inquérito para expedir decreto de indisponibilidade de bens de particular, que não é medida de instrução - a cujo âmbito se restringem os poderes de autoridade judicial a elas conferidos no art. 58, § 3º - mas de provimento cautelar de eventual sentença futura, que só pode caber ao Juiz competente para proferi-la. (MS 23480, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, DJ de 15-09-2000);”

A alternativa e está incorreta. A atribuição é do Presidente da Câmara e não do primeiro-secretário. Nesse sentido: “É atribuição do Presidente da Câmara aferir o preenchimento dos requisitos atinentes à instauração de comissão parlamentar de inquérito. [MS 33.521, rel. min. Marco Aurélio, j. 15-5-2020, P, DJE de 24-6-2020.]”.

QUESTÃO 08. No que se refere à intervenção federal, assinale a opção correta.

a) A intervenção federal, assim como o estado de defesa e o estado de sítio, permite medidas coercitivas, com a restrição de direitos e garantias.

b) A decretação de intervenção federal é competência privativa do presidente da República.

c) O governador afastado em razão de intervenção não voltará ao cargo, e, finda a intervenção, nova eleição deverá ser convocada.

d) Considerados os motivos e a gravidade dos fatos, é possível que seja decretada uma intervenção federal sem prazo previamente estabelecido.



e) As propostas de emendas constitucionais ficarão suspensas durante a intervenção federal em um estado, exceto aquelas que já estavam em tramitação antes do decreto de intervenção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**

A alternativa b está correta. Trata-se de expressa previsão constitucional. Vejamos: “Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: X - decretar e executar a intervenção federal”

A alternativa a está incorreta. O estado de defesa e o estado de sítio são condições permissivas para a adoção de medidas coercitivas, com a restrição de direitos e garantias (arts. 136 a 139), entretanto, não há tal previsão para a intervenção federal.

A alternativa c está incorreta. O governador afastado voltará a seu cargo, no fim da intervenção. Vejamos: “Art. 36. A decretação da intervenção dependerá: § 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal”

A alternativa d está incorreta. O decreto de intervenção deve, obrigatoriamente, indicar o prazo da intervenção. *In verbis*: “Art. 36. A decretação da intervenção dependerá: § 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.”

A alternativa e está incorreta. A Constituição não poderá ser emendada durante a intervenção, sem previsão das exceções apontadas na assertiva. Observa-se o texto constitucional: “Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: § 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.”.

QUESTÃO 09. Assinale a opção correta em relação aos direitos e às garantias fundamentais.

a) A suspensão dos direitos políticos em razão de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, sendo necessária prova específica nos casos de reparação de dano.

b) Existe a possibilidade de um cidadão ser candidato a cargo eletivo sem estar fiado a partido político.

c) Filha de embaixador brasileiro nascida no estrangeiro será considerada brasileira naturalizada se optar pela cidadania brasileira.

d) Os estrangeiros não adquirem direitos políticos, visto que tais direitos somente são concedidos a brasileiros natos ou naturalizados.

e) Não existe qualquer distinção entre o brasileiro nato e o naturalizado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

A alternativa d está correta. Nos termos da Constituição, os estrangeiros não podem se alistar como eleitores. Vejamos: “Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: § 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos”.



A alternativa a está incorreta. Trata-se de entendimento sumulado pelo TSE. Vejamos: Súmula nº 9: “A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independentemente de reabilitação ou de prova de reparação dos danos.”

A alternativa b está incorreta. A filiação partidária é condição de elegibilidade. “Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei: V - a filiação partidária;”.

A alternativa c está incorreta. Será brasileiro nato, nos termos da Constituição. *In verbis*: “Art. 12. São brasileiros: I - natos: b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil”

A alternativa e está incorreta. A distinção é prevista na própria Constituição, ao disciplinar sobre cargos privativos de brasileiro nato ou questões referentes à extradição. Vejamos o texto constitucional sobre o tema: “Art. 12. São brasileiros: § 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição. § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:”.

QUESTÃO 10. Assinale a opção que apresenta o atributo que permite à administração pública executar seus próprios atos administrativos diretamente, sem necessitar de autorização de outros poderes.

- a) Exigibilidade.
- b) Presunção de legitimidade.
- c) Imperatividade.
- d) Autoexecutoriedade.
- e) Tipicidade.

Comentários

alternativa correta é a **letra D**

O atributo que permite à administração publicar executar seus próprios atos administrativos diretamente, sem necessitar de autorização de outros poderes é a Autoexecutoriedade.

Autoexecutoriedade é a característica que permite a execução direta, imediata e forçada, sem a necessidade de prévia autorização do Poder Judiciário, de um ato administrativo editado no exercício do poder de polícia, podendo, inclusive, utilizar de força pública. Exemplo é a dispersão de invasores, destruição de construções irregulares, interdição de estabelecimentos, remoção forçada de veículo estacionado de forma irregular, apreensão de mercadoria etc.

Assim, a alternativa correta é a letra D.

QUESTÃO 11. A extinção de um ato administrativo em decorrência da edição de lei superveniente que revoga legislação anterior denomina-se

- a) Contraposição.
- b) Cassação.
- c) Caducidade.
- d) Anulação.



e) Revogação.

Comentários

A alternativa correta da questão é a **Letra C**.

A caducidade é a espécie de extinção do ato administrativo quando sobrevém uma nova lei incompatível com a manutenção do ato no mundo jurídico. Desta forma, a situação contida no ato administrativo não é mais tolerada pela nova legislação. Veja que o ato foi editado regularmente, porém, tornou-se ilegal em virtude da alteração legislativa.

QUESTÃO 12. Acerca de anulação e da revogação dos atos jurídicos, assinale a opção correta.

- a) A anulação de um ato administrativo possui efeitos *ex nunc*, ou seja, efeitos prospectivos.**
- b) A anulação de um ato administrativo possui efeitos *ex nunc*, ou seja, efeitos retroativos.**
- c) O Poder Judiciário, em sua função jurisdicional, poderá anular um ato administrativo de ofício ou mediante provocação.**
- d) A administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais.**
- e) A revogação total de um ato administrativo denomina-se derrogação.**

Comentários.

A alternativa correta é a **Letra D**. Trata-se de letra da Súmula nº 473 do STF: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

As alternativas A e B estão incorretas, pois a anulação do ato administrativo, seja qual for a espécie do vício verificado (sanável ou insanável), retroage os seus efeitos à data da prática do ato, daí ser correto dizer que a anulação produz efeitos *ex tunc* ou retroativos. Assim, todos os efeitos produzidos pelo ato anulado serão desconstituídos, resguardados os efeitos individuais produzidos que beneficiaram terceiros de boa-fé.

A alternativa C está incorreta, pois o Poder Judiciário, em sua função jurisdicional, só pode anular atos administrativos mediante provocação. A jurisdição tem como principal atributo a inércia, ou seja, o poder judiciário se mantém inerte até que alguém o provoque.

A alternativa E está incorreta, pois a revogação total de um ato denomina-se ab-rogação. A derrogação é a revogação parcial.

QUESTÃO 13. O poder de polícia permite à administração pública

- a) restringir o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.**
- b) editar atos com efeitos gerais e abstratos.**
- c) optar pela solução que, por critérios de conveniência e oportunidade melhor atenda o interesse público no caso concreto**
- d) apurar suposta infrações funcionais.**
- e) avocar ou chamar pra si atribuições, delegar e editar atos normativos.**



Comentários

A alternativa correta é a **Letra A**. Vejamos o art. 73 do CTN: “Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”. Assim, o poder de polícia permite à administração pública a restrição do exercício de direitos individuais em benefício do interesse público.

A alternativa B está incorreta, pois o poder administrativo que permite a edição de atos com efeitos gerais e abstratos é o poder regulamentar/normativo.

A alternativa C está incorreta, pois conceitua a discricionariedade dos poderes administrativos.

A alternativa D está incorreta, pois o poder que permite a administração pública apurar infrações funcionais é o poder disciplinar.

A alternativa E está incorreta, pois a avocação e delegação é uma característica do poder hierárquico.

QUESTÃO 14. Acerca das formas de execução das funções administrativas, assinale a opção correta.

a) As autarquias exercem suas funções de forma desconcentrada.

b) A administração pública indireta desempenha suas funções administrativas de forma concentrada.

c) A presidência da República, por meio de seus ministérios exercem funções administrativas de forma descentralizada.

d) A administração pública direta realiza a função administrativa direta de forma desconcentrada.

e) A distribuição de competências, na forma descentralizada, se dá internamente entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**.

A desconcentração é a distribuição de competências entre os órgãos internos de uma mesma pessoa jurídica. Este fenômeno decorre do poder hierárquico da Administração Pública, que pode atribuir funções dentro de sua estrutura organizacional, por meio de uma relação de subordinação.

A desconcentração, portanto, cria centros especializados de competência (os órgãos), formados por agentes públicos, dentro de sua estrutura hierárquica. Todo o movimento da desconcentração ocorre dentro de uma mesma pessoa jurídica. Exemplo desta técnica de organização é a criação de Ministérios, Secretarias, subsecretarias etc.

Assim, a Administração Pública Direta realiza sua função administrativa de forma desconcentrada, com a criação de órgãos.

A alternativa A está incorreta, pois as autarquias, pessoas jurídicas de direito público integrantes da administração indireta, são expressões da descentralização administrativa.

A alternativa B está incorreta, pois a administração pública indireta desempenha suas funções de forma descentralizada, com a criação de entes personificados, como as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.



A alternativa C está incorreta, pois a Presidência exerce suas funções de forma desconcentrada, e não de forma descentralizada, conforme comentário da Letra A.

A alternativa E está incorreta, pois a distribuição de competências internamente entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica é o fenômeno da desconcentração, e não da descentralização.

QUESTÃO 15. Considerando os processos de contratação direta que compreendem os casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, regulados pela Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.

a) Nos processos em questão, é dispensável o cálculo da estimativa da despesa.

b) A contratação de serviços técnicos especializados de publicidade e de divulgação podem ser contratados mediante processo de inexigibilidade de licitação.

c) Na hipótese de contratação indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário.

d) É dispensável a realização de avaliação prévia na locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

e) É dispensável licitação, ainda que seja viável a competição para a contratação de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**.

A alternativa A está incorreta, conforme art. 72, II, da Lei nº 14.133/21: “O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...] II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;”

A alternativa B está incorreta, conforme art. 74, III, da referida lei: “É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...] III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação”

A alternativa C está correta. É a redação do art. 73 da Lei nº 14.133/21: “Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.”

A alternativa D está incorreta, conforme art. 74, §5º, I, da referida lei: “§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos: I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;”. Assim, não é dispensável a realização da avaliação prévia.

A alternativa E está incorreta, pois trata-se de hipótese de inexigibilidade, conforme art. 74, IV, da referida lei: “É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...] IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;”



QUESTÃO 16. A respeito dos procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas pela Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.

- a) No credenciamento, o edital de chamamento, deverá ser publicado em sítio eletrônico oficial, para permitir o cadastramento, no mínimo, trimestral, de novos interessados.
- b) O procedimento de pré-qualificação ficará aberto pelo prazo indicado no edital, limitado a 180 dias.
- c) A realização, pela iniciativa privada, de estudos e de projetos em decorrência do procedimento de manifestação de interesse atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório, em face dos custos envolvidos.
- d) No registro cadastral, será obrigatória a realização, no mínimo, semestral, de chamamento público pela Internet, para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados.
- e) No sistema de registro de preços, o critério de julgamento da licitação será o de menor preço ou o de maior desconto sobre a tabela de preços praticada no mercado.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra E**.

A alternativa A está incorreta, conforme Art. 79, parágrafo único, I, da referida lei: “O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: [...] Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras: I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;”.

A alternativa B está incorreta, conforme art. 80, §2º, da referida lei: “O procedimento de pré-qualificação ficará permanentemente aberto para a inscrição de interessados.”

A alternativa C está incorreta, conforme art. 81, §2º, I: “A realização, pela iniciativa privada, de estudos, investigações, levantamentos e projetos em decorrência do procedimento de manifestação de interesse previsto no caput deste artigo: I - não atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório;”

A alternativa D está incorreta, conforme art. 87, §1º: “O sistema de registro cadastral unificado será público e deverá ser amplamente divulgado e estar permanentemente aberto aos interessados, e será obrigatória a realização de chamamento público pela internet, no mínimo anualmente, para atualização dos registros existentes e para ingresso de novos interessados.”

A alternativa E está correta, a redação do art. 82, V, da Lei nº 14.133/21: “O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre: [...] V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;”

QUESTÃO 17. 14.133/2021, assinale a opção correta.

- a) A sanção de multa será aplicada apenas às infrações que resultem em danos ao erário.
- b) A sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da administração pública estende-se a todos os Poderes, independentemente de qual órgão a aplicar.
- c) A sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da administração pública terá duração máxima de cinco anos.



d) A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar aplicada pelo Ministério Público será de competência exclusiva e máxima dessa entidade.

e) As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, com exceção da multa, a qual deve ser aplicada isoladamente.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**,

A alternativa A está incorreta, conforme art. 156, §3º, da referida lei: “A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.”. Ou seja, será aplicada para qualquer infração prevista no art. 155, não somente aquelas que resultem em danos ao erário.

A alternativa B está incorreta, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União: “A sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 produz efeitos apenas no âmbito do órgão ou entidade que a aplicou. [...] O Tribunal, então, ao aprovar, por maioria, a tese do segundo revisor, Min. Raimundo Carreiro, decidiu: “9.2. determinar à Prefeitura Municipal de Cambé/PR que nas contratações efetuadas com recursos federais observe que a sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade contratante”. Acórdão nº 3243/2012-Plenário, TC-013.294/2011-3, redator Ministro Raimundo Carreiro, 28.11.2012.”

A alternativa C está incorreta, conforme art. 156, §6º: “§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.”

A alternativa D está correta, conforme art. 156, §6º, I, da Lei nº 14.133/21: “quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;”

A alternativa E está incorreta, conforme art. 156, §9º: “As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II (multa) do caput deste artigo.”

QUESTÃO 18. Em relação à responsabilização de agentes públicos conforme previsto na Lei de introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a opção correta.

a) O nexo de causalidade entre a conduta e o resultado danoso implica responsabilização do agente público.

b) A complexidade das atribuições exercidas não atenua a responsabilização do agente público por suas decisões ou opiniões técnicas.



c) O montante expressivo do dano ao erário poderá, por si só ser elemento para caracterizar o erro grosseiro ou o dolo.

d) A responsabilização pela opinião técnica estende-se de forma automática ao decisor que a adotou como fundamento de decidir.

e) O agente público poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se cometer erro grosseiro no desempenho de suas funções.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra E**.

A alternativa A está incorreta, conforme art. 12, §3º, do Decreto nº 9.830/19: “O mero nexo de causalidade entre a conduta e o resultado danoso não implica responsabilização, exceto se comprovado o dolo ou o erro grosseiro do agente público.”

A alternativa B está incorreta, conforme art. 12, §4º, do referido decreto: “A complexidade da matéria e das atribuições exercidas pelo agente público serão consideradas em eventual responsabilização do agente público.”

A alternativa C está incorreta, conforme art. 12, §5º, do referido decreto: “O montante do dano ao erário, ainda que expressivo, não poderá, por si só, ser elemento para caracterizar o erro grosseiro ou o dolo.”

A alternativa D está incorreta, conforme art. 12, §6º, do referido decreto: “A responsabilização pela opinião técnica não se estende de forma automática ao decisor que a adotou como fundamento de decidir e somente se configurará se estiverem presentes elementos suficientes para o decisor aferir o dolo ou o erro grosseiro da opinião técnica ou se houver conluio entre os agentes.”

A alternativa E está correta, é a redação do art. 28 da LINDB: “O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.”

QUESTÃO 19. O princípio da seguridade social que diz respeito a universalidade da cobertura e do atendimento assegura

a) ações, prestações e serviços de saúde e assistência social apenas àqueles que contribuam para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

b) prestações e serviços previdenciários tão somente àqueles que não se encontrem protegidos por qualquer regime previdência social.

c) um conjunto integrado de ações, prestações e serviços destinados a manter a subsistência de todos aqueles que deles necessitem, independentemente de contribuição social.

d) a promoção do acesso igualitário às ações e aos serviços relacionados à saúde e assistência social tão somente àqueles que não estejam protegidos por qualquer regime de previdência social.

e) a promoção do atendimento das necessidades básicas de saúde de todos aqueles que delas necessitem, desde que não possuam plano de saúde.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C. Questão passível de recurso.**

A alternativa C está correta. A Constituição, de fato, tem a universalidade como um de seus objetivos, buscando tutelar todos aqueles que necessitam do Estado, sendo expressa ao tratar a seguridade social



como um conjunto integrado de ações. Vejamos: “- Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento;”.

Entretanto, a previdência, que é abarcada pela seguridade social, diferentemente da saúde e da assistência social, tem caráter contributivo, o que torna – tecnicamente – incorreto afirmar que a contribuição social pode ser dispensada para acesso aos serviços prestados pela seguridade social como um todo.

Por outro lado, o professor João Batista Lazzari comenta que “entende-se que a proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja premente, a fim de manter a subsistência de quem dela necessite. A universalidade do atendimento significa, por seu turno, a entrega das ações, prestações e serviços de seguridade social a todos que necessitem, tanto em termos de previdência social – obedecendo o princípio contributivo – como no caso da saúde e da assistência social.” (CASTRO; LAZZARI, 2005).

Por se tratar de conjunto de ações guiado pela universalidade da cobertura, possível verificar que as demais alternativas estão incorretas, vez que apresentam alguma restrição para o acesso à seguridade social. Sendo, novamente, imperioso ressaltar que somente a previdência comporta o caráter contributivo. Assim, incorretas as assertivas A, B, D e E.

QUESTÃO 20. A contribuição do empregador doméstico para o custeio da previdência social incide sobre o

- a) valor do salário mínimo vigente, e o percentual de sua contribuição difere do da contribuição do empregado doméstico a seu serviço.**
- b) salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço, sendo a alíquota de contribuição idêntica à do empregado doméstico.**
- c) valor do salário mínimo vigente, sendo a alíquota de contribuição idêntica à do empregado doméstico a seu serviço.**
- d) salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço, no percentual de 20% sobre esse valor até o limite do teto máximo do salário de contribuição.**
- e) salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço, e o percentual de sua contribuição difere do da contribuição do empregado doméstico.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta. A contribuição deve incidir sobre o salário de contribuição do empregado doméstico, e não sobre o salário mínimo. Deve, ainda, ser observado que o percentual de contribuição do empregador doméstico será de 8,8%, sobre o salário do empregado, enquanto este deverá seguir a alíquota progressiva, a depender de sua faixa salarial.

Vejamos os dispositivos legais do Decreto nº 3048/99 que regulamentam o tema: “Art. 198. A contribuição do segurado empregado, inclusive o doméstico, e do trabalhador avulso é calculada por meio da aplicação da alíquota correspondente, de forma progressiva, sobre o seu salário de contribuição mensal, observado o disposto no art. 214, de acordo com a seguinte tabela, com vigência a partir de 1º de março de 2020. (...) Art. 211. A contribuição previdenciária do empregador doméstico sobre o salário de contribuição do



empregado doméstico a seu serviço será de: I - oito por cento de contribuição patronal; e II - oito décimos por cento de contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho”.

Assim, é possível verificar que as alternativas A, B, C e D estão incorretas, vez que é impossível afirmar que a contribuição será sobre o salário mínimo e o percentual pago pelo empregador doméstico será de 8,8% do salário do empregado doméstico, enquanto este deverá observar a alíquota progressiva. As alíquotas da contribuição do empregador doméstico e do empregado doméstico não são idênticas.

QUESTÃO 21. Segurada do RGPS que estiver em gozo do benefício da aposentadoria programada e continuar trabalhando poderá eventualmente acumular esse benefício com

a) aposentadoria por incapacidade permanente.

b) salário-maternidade.

c) aposentadoria especial.

d) auxílio por incapacidade temporária.

e) auxílio-acidente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. Trata-se de cumulação legal com previsão expressa no art. 103 do Decreto nº 3048/99. Vejamos o texto da lei: “Art. 103. A segurada aposentada que retornar à atividade fará jus ao pagamento do salário-maternidade, de acordo com o disposto no art. 93.”.

As demais alternativas não representam nenhuma hipótese de exceção à regra da cumulação, se enquadrando na regra geral do art. 167 do aludido diploma legal. *In verbis*: “Art. 167. Exceto na hipótese de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios do RGPS, inclusive quando decorrentes de acidente do trabalho: I - aposentadoria com auxílio por incapacidade temporária; II - mais de uma aposentadoria; III - aposentadoria com abono de permanência em serviço; IV - salário-maternidade com auxílio por incapacidade temporária; V - mais de um auxílio-acidente; VI - mais de uma pensão deixada por cônjuge; VII - mais de uma pensão deixada por companheiro ou companheira; VIII - mais de uma pensão deixada por cônjuge e companheiro ou companheira; e IX - auxílio-acidente com qualquer aposentadoria.”.

QUESTÃO 22. Suponha que um ente federativo, após anos de vigência do seu regime próprio de previdência social (RPPS), tenha instituído um regime de previdência complementar fechado. Nesse caso, a adesão a esse regime de previdência complementar é

a) obrigatória para os servidores efetivos e temporários.

b) obrigatória para os servidores efetivos e facultativa para os servidores temporários.

c) facultativa para os servidores efetivos e inadmissível para os servidores temporários.

d) obrigatória para os servidores efetivos que não possuam vínculo com o RPPS e facultativa para os servidores temporários.

e) facultativa tanto para os servidores efetivos quanto para os temporários.



Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta. Cumpre apontar, inicialmente, que previdência complementar sempre será facultativa e, por restrição constitucional, engloba apenas os servidores efetivos. Tal afirmativa encontra fundamento no seguinte dispositivo da Constituição: “Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. § 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16.”.

QUESTÃO 23. Pedro atua como pastor de uma igreja Evangélica e, concomitantemente com essa atividade, presta serviço remunerado de contabilidade para diversas empresas.

Nessa situação hipotética, no que diz respeito a sua relação com o RGPS, Pedro é considerado segurado obrigatório

- a) na atividade de pastor evangélico e segurado facultativo na de contador.**
- b) somente no que se refere à atividade de pastor evangélico.**
- c) somente no que diz respeito à atividade de contador.**
- d) nas atividades de pastor evangélico e de contador.**
- e) na atividade de contador e segurado facultativo na de pastor evangélico.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta. As duas atividades desenvolvidas por Pedro enquadram-se como de segurado obrigatório do regime geral de previdência por expressa disposição legal. Vejamos a lei nº 8213/91: “Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: (...)V - como contribuinte individual: c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; (...) g) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego; (...) § 2º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.”

QUESTÃO 24. Maria foi aprovada em concurso público para preencher vaga em cargo efetivo de determinado município que não possui RPPS.

Nesse caso hipotético, Maria

- a) não estará filiada a nenhum regime de previdência social.**
- b) somente terá proteção previdenciária a partir da criação de RPPS do município empregador.**
- c) terá de optar por se filiar ao RGPS ou a um regime de previdência complementar fechado.**



d) será filiada obrigatória do RGPS.

e) terá de se filiar obrigatoriamente a regime de previdência complementar fechado, visto que não pode ficar sem proteção previdenciária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta. Por disposição da lei nº 8213/91, Maria só seria excluída da filiação obrigatória ao RGPS caso o município possuísse regime próprio (RPPS). Entretanto, o enunciado afirma que esse não é o caso. Vejamos o dispositivo legal pertinente: “Art. 12. O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social.”. Assim, nota-se que, no caso concreto, não existe possibilidade de Maria não ser filiada ao RGPS, o que torna incorreta as demais alternativas. Maria é segurada obrigatória do RGPS.

QUESTÃO 25. Um município de determinado estado da Federação não instituiu seu RPPS em decorrência do número reduzido de servidores públicos efetivos e, por esse motivo, o prefeito municipal procurou a diretoria do instituto de previdência social do estado com o objetivo de firmar convênio para assegurar plano de benefícios previdenciários aos servidores municipais.

Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) É vedada a realização de convênio entre o instituto de previdência social do estado e um único município com o objetivo de assegurar planos de benefícios previdenciários.

b) A formalização de convênio entre o instituto de previdência social do estado e um único município somente é admissível para a concessão de aposentadorias.

c) A formalização de convênio entre o instituto de previdência social do estado e um único município somente é admissível para a concessão de aposentadorias e pensões.

d) É vedada a formalização de convênio entre o instituto de previdência social do estado e um único município ou consórcios de municípios, podendo, entretanto, o estado atuar como patrocinador do instituto de previdência social que o município vier a criar.

e) É vedada a formalização de convênio entre o instituto de previdência social do estado e um único município, mas é admissível a sua formalização entre o instituto de previdência social do estado e um consórcio de municípios, devendo, portanto, o prefeito associar-se a outros municípios com esse mesmo propósito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A Lei nº 9.717/98 que dispõe sobre as normas gerais dos regimes próprios de previdência social veda expressamente a formalização de convênio entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios para fins de plano de benefícios previdenciários a servidores públicos efetivos. Vejamos o disposto na Lei nº 9717/98 sobre o tema: “Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir



o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios: V - cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios;"

QUESTÃO 26. No que se refere às espécies de benefícios do RGPS, julgue os itens a seguir.

I Quando vários dependentes preferenciais se habilitam ao recebimento de pensão por morte, esse benefício é rateado entre todos, em partes iguais.

II O auxílio-acidente será devido ao segurado que, em decorrência de acidente de trabalho, ficar incapacitado temporariamente para o exercício das suas atividades habituais.

III O segurado do sexo masculino que adotar criança de até doze anos de idade terá direito ao benefício do salário-maternidade.

IV Compete ao empregador efetuar o pagamento do salário-família do segurado empregado que estiver em gozo de auxílio por incapacidade temporária.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. Estão corretos, apenas, os itens I e III, nos seguintes termos:

A assertiva I está correta. Entre dependentes de mesma classe, o benefício deve ser rateado de forma igualitária, em razão do disposto no decreto 3048/99. Nesse sentido: "Art. 113. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos, em partes iguais."

A assertiva II está incorreta. O auxílio-acidente não é benefício por incapacidade, mas de natureza jurídica indenizatória. Conforme a jurisprudência: "2. 'O auxílio-acidente possui natureza indenizatória, por este motivo, o tempo em que o segurado esteve em gozo, exclusivamente, de auxílio-acidente, não vertendo contribuições ao sistema previdenciário, não deve ser considerado como tempo de contribuição ou para fins de carência, na forma do art. 55, inciso II, da Lei n. 8.213/91' (REsp 1.752.121/SC, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 14/06/2019)"

Ademais, o auxílio-acidente é benefício concedido, como indenização, ao segurado empregado, inclusive o doméstico, ao trabalhador avulso e ao segurado especial quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequela definitiva que implique redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

A assertiva III está correta. O decreto 3048/98 apresenta, de forma expressa, a possibilidade de recebimento pelo "segurado ou segurada", vejamos: "93-A. O salário-maternidade é devido ao segurado



ou à segurada da previdência social que adotar ou obtiver guarda judicial, para fins de adoção de criança de até doze anos de idade, pelo período de cento e vinte dias.”.

A assertiva IV está incorreta. O pagamento será realizado diretamente pelo INSS. Nesse sentido dispõe o decreto 3048/98: “Art. 82. O salário-família será pago mensalmente: II - ao empregado, inclusive o doméstico, e ao trabalhador avulso aposentados por incapacidade permanente ou em gozo de auxílio por incapacidade temporária, pelo INSS, juntamente com o benefício;”.

QUESTÃO 27. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o imposto sobre serviços (ISS) incide sobre

I - contratos de franquia.

II - serviços prestados por planos de saúde.

III - distribuição e venda de bilhetes de loteria.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O Item I está correto, conforme jurisprudência do STF: “O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incide sobre o contrato de franquia em virtude da natureza híbrida do contrato de franquia. STF. Plenário. RE 603.136/RJ, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 29/05/2020.”

O Item II está correto, conforme jurisprudência do STF: “As operadoras de planos de saúde realizam prestação de serviço sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, previsto no art. 156, III, da CF/88. STF. Plenário. RE 651703/PR, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 29/09/2016 (repercussão geral).”

O Item III está correto, conforme jurisprudência do STF: “É constitucional a incidência de ISS sobre serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios (item 19 da Lista de Serviços Anexa à Lei Complementar 116/2003). Nesta situação, a base de cálculo do ISS é o valor a ser remunerado pela prestação do serviço, independentemente da cobrança de ingresso, não podendo corresponder ao valor total da aposta. STF. Plenário. RE 634764, Rel. Gilmar Mendes, julgado em 08/06/2020 (Repercussão Geral – Tema 700).”

QUESTÃO 28. A respeito da denúncia espontânea, assinale a opção correta à luz do Código Tributário Nacional (CTN) e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

a) A obrigação de pagamento do tributo, para fins de caracterização da denúncia espontânea, não alcança os respectivos juros de mora.



b) A exclusão da responsabilidade por infração tributária, mediante a denúncia espontânea, independe do pagamento do tributo devido.

c) Somente o início de processo administrativo poderá obstar a caracterização da denúncia espontânea.

d) Não é cabível a denúncia espontânea no caso de contribuinte que efetue, apenas parcialmente, a declaração do débito tributário sujeito a lançamento por homologação independentemente de retificação posterior.

e) No caso de confissão de dívida seguida de parcelamento débito tributário, não se aplica o benefício da denúncia espontânea.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A e B estão incorretas, de acordo com o art. 138, caput, do CTN: “A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.”

A alternativa C está incorreta, de acordo com o art. 138, parágrafo único, do CTN: “Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.”

A alternativa D está incorreta, de acordo com jurisprudência do STJ: “1. A denúncia espontânea resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente. (...) REsp 1149022/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/06/2010, DJe 24/06/2010,”

A alternativa E está correta, na forma da Súmula 208 do TRF: “A simples confissão da dívida, acompanhada do seu pedido de parcelamento, não configura denúncia espontânea.”

QUESTÃO 29. Consoante a disciplina constitucional atinente às imunidades tributárias e a jurisprudência do STF acerca desse tema, assinale a opção correta.

a) Sociedade de economia mista federal que ocupa bem público da União tem direito à imunidade tributária recíproca e, portanto, não se submete à competência tributária do município em que situado o bem, para fins de cobrança de IPTU.

b) A imunidade tributária recíproca não se aplica retroativamente, para fins de dispensa da cobrança de débitos tributários de IPTU decorrentes de fatos geradores pretéritos, no caso de sucessão, pela União, de empresa pública federal que exerce atividade econômica em regime concorrencial.

c) A imunidade tributária recíproca, além de impedir que os entes públicos criem, uns para os outros, obrigações relacionadas à cobrança de impostos, veda a imposição de obrigações acessórias.

d) As sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais fazem jus à imunidade tributária recíproca, exceto se houver a cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.

e) Não se aplica a imunidade tributária concernente ao IPVA no caso de veículo adquirido por município mediante alienação fiduciária.



Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com a Tese de Repercussão Geral 1140 do STF, para que a empresa pública ou sociedade de economia mista gozem da imunidade tributária, deverão ser delegatárias de serviços públicos essenciais, não distribuírem lucros a acionistas privados nem oferecerem risco ao equilíbrio concorrencial. Não basta, pois, que ocupem bem público da União. Veja: “As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço. (Tema 1140 – Repercussão Geral).”

A alternativa B está correta, conforme decidido pelo STF no julgamento do RE 599176: “A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão (aplicação “retroativa” da imunidade tributária). STF. Plenário. RE 599176/PR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgado em 5/6/2014 (repercussão geral)”

A alternativa C está incorreta, de acordo com jurisprudência do STF: “A imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, “a”, da Constituição) impede que os entes públicos criem uns para os outros obrigações relacionadas à cobrança de impostos, mas não veda a imposição de obrigações acessórias. STF. Plenário. ACO 1098, Rel. Roberto Barroso, julgado em 11/05/2020.”

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com a Tese de Repercussão Geral 1140 do STF, pode haver cobrança de tarifa como contraprestação do serviço: “As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço. (Tema 1140 – Repercussão Geral).”

A alternativa E está incorreta, conforme decidido pelo STF em sede de repercussão Geral: “Não incide IPVA sobre veículo automotor adquirido, mediante alienação fiduciária, por pessoa jurídica de direito público. STF. Plenário. RE 727851, Rel. Marco Aurélio, julgado em 22/06/2020 (Repercussão Geral – Tema 685).”

QUESTÃO 30. Assinale a opção em que é apresentado meio legítimo de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

a) seguro garantia

b) fiança bancária

c) remissão

d) transação

e) parcelamento

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

As alternativas A e B estão incorretas, pois de acordo com entendimento do STJ, o seguro garantia e a fiança bancária apenas suspendem a exigibilidade de créditos NÃO tributários: “É cabível a suspensão da exigibilidade do crédito não tributário a partir da apresentação da fiança bancária ou do seguro garantia



judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento. STJ. 1ª Turma. REsp 1381254-PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 25/06/2019.”

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com art. 156, IV, do CTN, a remissão é modalidade de extinção do crédito tributário: “Extinguem o crédito tributário: IV - remissão;”

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com art. 156, III, do CTN, a transação é modalidade de extinção do crédito tributário: “Extinguem o crédito tributário: III - transação;”

A alternativa E está correta, conforme art. 151, VI, do CTN: “Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: VI – o parcelamento.”

QUESTÃO 31. A respeito da norma antielisiva prevista no CTN, julgue os próximos itens de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do STF.

I - Por meio da norma antielisiva, permite-se alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado.

II - A plena aplicação da norma antielisiva prescinde de regulamentação legal.

III - O STF chancelou a constitucionalidade da norma antielisiva prevista no CTN, assentando inexistir incompatibilidade do preceito legal com os princípios da legalidade e da separação dos Poderes.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.**
- b) Apenas o item II está certo.**
- c) Apenas o item III está certo.**
- d) Apenas os itens I e II estão certos.**
- e) Apenas os itens I e III estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O Item I está incorreto, de acordo com art. 110 do CTN: “A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.”

O Item II está incorreto, pois conforme disposto no art. 116, parágrafo único, do CTN, é necessária lei ordinária: “A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.”

O Item III está correto, conforme decidiu o STF no julgamento da ADI 2446: “Não viola o texto constitucional a previsão contida no parágrafo único do art. 116 do Código Tributário Nacional. STF. Plenário. ADI 2446/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 8/4/2022.”

QUESTÃO 32. No tocante à aplicação e à interpretação da legislação tributária, assinale a opção correta segundo o CTN e a jurisprudência do STF.



a) A legislação tributária de cunho expressamente interpretativo pode ser aplicada retroativamente, desde que não implique a imposição de penalidade.

b) Não se admite o emprego da analogia no direito tributário.

c) É possível a aplicação da técnica da interpretação extensiva na aferição das hipóteses passíveis de exclusão do crédito tributário.

d) A outorga de isenção tributária admite interpretação ampliativa em favor do contribuinte, com fundamento no princípio da isonomia.

e) Os tratados internacionais em matéria tributária, na pirâmide normativa, situam-se abaixo da legislação tributária interna.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme art. 106, I, do CTN: “A lei aplica-se a ato ou fato pretérito: I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;”

A alternativa B está incorreta, conforme art. 108, I, do CTN: “Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: I - a analogia;”

A alternativa C está incorreta, pois trata-se de interpretação literal, conforme art. 111, I, do CTN: “Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;”

A alternativa D está incorreta, pois trata-se de interpretação literal, conforme art. 111, II, do CTN: “Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: II - outorga de isenção;”

A alternativa E está incorreta, conforme art. 98 do CTN: “Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.”

QUESTÃO 33. A respeito da disciplina atinente ao ISS, assinale a opção correta, considerando a CF, a legislação de regência e a jurisprudência do STF.

a) É possível a cobrança do ISS por meio de metodologia de cálculo diferenciada para determinados serviços, como a utilização de alíquotas fixas com base na natureza do serviço, não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio labor.

b) O ISS não incide sobre atividades mistas, isto é, aquelas que envolvam, concomitantemente, obrigação de dar e obrigação de fazer.

c) A lista de serviços sujeitos à tributação pelo ISS, conforme previsto em lei complementar federal, é exemplificativa e, portanto, admite interpretação extensiva.

d) O ISS não incide sobre serviços provenientes do exterior nos casos em que exista acordo internacional contra a bitributação.

e) A cobrança do ISS é de competência do município onde se situa o tomador de serviços, consideradas as situações nas quais este último esteja localizado em município diverso daquele onde está estabelecido o prestador de serviços.

Comentários



A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O art. 9º, § 1º, do Decreto-Lei nº 406/68, prevê que os contribuintes que prestam serviço sob a forma de trabalho pessoal têm direito ao regime do chamado “ISSQN Fixo”, segundo o qual é fixada uma alíquota sem relação com o preço do serviço. Veja: “A base de cálculo do imposto é o preço do serviço. § 1º Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho”.

O STF, na Súmula 663, recepcionou o citado dispositivo: “Os §§ 1º e 3º do art. 9º do DL 406/68 foram recebidos pela Constituição.”

A alternativa B está incorreta, conforme jurisprudência do STF: “Recurso Extraordinário. Repercussão geral. Direito Tributário. Incidência do ICMS ou do ISS. Operações mistas. Critério objetivo. Definição de serviço em lei complementar. (...) 1. A Corte tradicionalmente resolve as ambiguidades entre o ISS e o ICMS com base em critério objetivo: incide apenas o primeiro se o serviço está definido por lei complementar como tributável por tal imposto, ainda que sua prestação envolva a utilização ou o fornecimento de bens, ressalvadas as exceções previstas na lei; ou incide apenas o segundo se a operação de circulação de mercadorias envolver serviço não definido por aquela lei complementar. (RE 605552/RS)”

A alternativa C está incorreta, conforme decidido pelo STF no julgamento do RE 784.439: “É taxativa a lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III da Constituição Federal, admitindo-se, contudo, a incidência do tributo sobre atividades inerentes aos serviços elencados em lei em razão da interpretação extensiva”.

A alternativa D está incorreta. Conforme decidiu o STF no julgamento do RE 688.223, o ISS incide sobre serviços provenientes do exterior: “(...) 4. A operação em questão está prevista no item 1.05 da lista de serviços tributáveis, além de enquadrar-se na hipótese do artigo 1º, § 1º, da LC 116/2003, que estabelece que o imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.”

A alternativa E está incorreta. O imposto será devido, em regra, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador. É o que dispõe art. 3º da LC 116/2003. Mencione-se que no julgamento da ADI 5835, o STF julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei Complementar 157/2016, o qual trazia algumas hipóteses em que o imposto deveria ser cobrado no domicílio do tomador de serviços. Veja a redação do artigo 1º da LC 157: “Art. 1º A Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (...) XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09; XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01; XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.”

QUESTÃO 34. A respeito dos meios de cobrança do crédito tributário, assinale a opção correta com base na CF, na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores.



a) Não é cabível, no bojo de exceção de pré-executividade, a alegação de ilegitimidade passiva, considerando-se a execução fiscal proposta contra os sócios da pessoa jurídica devedora que figurem como responsáveis na certidão de dívida ativa.

b) O protesto de certidões de dívida ativa somente se viabiliza com o crivo do Poder Judiciário.

c) É legítimo à justiça estadual, com apoio em normas estaduais que restrinjam o ajuizamento de execuções fiscais de baixo valor, promover a extinção de feitos executivos propostos por municípios, quando o valor cobrado não atingir o limite de alçada previsto na legislação estadual.

d) A alegação de determinada matéria de defesa no âmbito de exceção de pré-executividade não impede que a mesma questão seja levantada nos embargos à execução, por se tratar de meios autônomos de impugnação.

e) Não se admite a citação por edital no âmbito de execução fiscal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme jurisprudência a seguir: “2. Por força do disposto no art. 927 do CPC, deve ser observado o entendimento adotado pelo STJ em sede de recurso repetitivo, a fim de ser julgada incabível a exceção de pré-executividade direcionada à declaração de ilegitimidade passiva de sócio que consta na cédula de dívida ativa, dada a impossibilidade de dilação probatória no momento processual. Acórdão 1198375, 07075325120198070000, Relator: ROBERTO FREITAS, 3ª Turma Cível, data de julgamento: 4/9/2019, publicado no DJE: 17/9/2019.”

No mesmo sentido é o Tema 108 do STJ: “Não cabe exceção de pré-executividade em execução fiscal promovida contra sócio que figura como responsável na Certidão de Dívida Ativa - CDA. REsp 1.110.925/SP.”

A alternativa B está incorreta, conforme art. 3º da Lei 9.492/1997: “Compete privativamente ao Tabelião de Protesto de Títulos, na tutela dos interesses públicos e privados, a protocolização, a intimação, o acolhimento da devolução ou do aceite, o recebimento do pagamento, do título e de outros documentos de dívida, bem como lavrar e registrar o protesto ou acatar a desistência do credor em relação ao mesmo, proceder às averbações, prestar informações e fornecer certidões relativas a todos os atos praticados, na forma desta Lei.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com Tema 109 de repercussão geral do STF: “Lei estadual autorizadora da não inscrição em dívida ativa e do não ajuizamento de débitos de pequeno valor é insuscetível de aplicação a Município e, conseqüentemente, não serve de fundamento para a extinção das execuções fiscais que promova, sob pena de violação à sua competência tributária.”

Ressalte-se que o Plenário Virtual do STF reconheceu a existência de repercussão geral no RE 1.355.208/SC (Tema 1184), em que se discute a extinção de execução fiscal de baixo valor, por falta de interesse de agir, haja vista modificação legislativa posterior ao julgamento do RE 591.033 (Tema 109) e a desproporção dos custos de prosseguimento da ação judicial.

A alternativa D está incorreta, pois neste caso ficaria configurada litispendência. Veja decisão proferida pelo TRF3: “EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. LITISPENDÊNCIA COM EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. REJEIÇÃO DA EXCEÇÃO POSTERIOR. ART. 485, V, DO CPC. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Em 02/03/2021, a ora agravante opôs embargos à execução de origem, insurgindo-se contra a decisão que deferiu o redirecionamento do processo, e arguindo, entre outras teses, a necessidade de instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica para apuração da



responsabilidade de terceiros pelo débito exequendo. 2. Durante o trâmite dos embargos, ela se manifestou nos próprios autos da execução, em verdadeira exceção de pré-executividade, suscitando a nulidade da mesma decisão atacada pela via dos embargos, com os mesmos fundamentos. Tal arguição foi rejeitada pelo juízo a quo, que também suspendeu o processo até o julgamento do processo no qual a matéria seria tratada a fundo. 3. Há inequívoca litispendência entre a exceção que deu causa ao presente recurso e os embargos anteriormente ajuizados, ante a identidade de partes, pedido e causa de pedir (art. 337, §§ 1º a 3º, do CPC). E, uma vez que a litispendência enseja a extinção do processo posterior, correta a rejeição da exceção em primazia dos embargos, à luz do art. 485, V, do CPC. Precedentes desta Corte. 4. Agravo de instrumento não provido.”

A alternativa E está incorreta, pois a própria Lei 6.830.80 prevê esta modalidade de citação, em seu artigo 8º, incisos III e IV, e § 1º: “O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: III - se o aviso de recepção não retornar no prazo de 15 (quinze) dias da entrega da carta à agência postal, a citação será feita por Oficial de Justiça ou por edital; IV - o edital de citação será afixado na sede do Juízo, publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, com o prazo de 30 (trinta) dias, e conterá, apenas, a indicação da exequente, o nome do devedor e dos corresponsáveis, a quantia devida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no Registro da Dívida Ativa, o prazo e o endereço da sede do Juízo. § 1º - O executado ausente do País será citado por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias.”

Ademais, no mesmo sentido é a jurisprudência do STJ: “A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades. STJ. 1 Seção. REsp n. 1.103.050/BA, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 25/3/2009.”

QUESTÃO 35. Considerando os limites da fiscalização da administração tributária e a possibilidade de divulgação dos dados dos contribuintes, julgue os itens que se seguem, conforme a CF, o CTN e a jurisprudência do STF.

I - É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais dos contribuintes para fins penais.

II - O encaminhamento de representação fiscal, para fins penais, pela administração tributária ao Ministério Público, prescinde do exaurimento do processo administrativo tributário.

III - A transferência de dados sigilosos das instituições financeiras para a administração tributária não está condicionada à reserva de jurisdição.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo**
- b) Apenas o item III está certo.**
- c) Apenas os itens I e II estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.



O Item I está incorreto. Conforme decidido pelo STF no julgamento do RE 1055941/SP, é legítimo que a Receita Federal compartilhe o procedimento fiscalizatório que ela realizou para apuração do débito tributário com os órgãos de persecução penal para fins criminais (Polícia Federal, Ministério Público etc.), não sendo necessário, para isso, prévia autorização judicial. Veja as teses fixadas: “1. É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil (RFB), que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional. 2. O compartilhamento pela UIF e pela RFB, referente ao item anterior, deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios. STF. Plenário. RE 1055941/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 4/12/2019 (repercussão geral – Tema 990).”

O Item II está incorreto. No julgamento da ADI 4980/DF, o STF decidiu que a persecução penal nos delitos contra a ordem tributária exige que se esgotem os recursos nas instâncias administrativas. Veja: “5. A exigência do exaurimento do processo administrativo para efeito de encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público é disciplina que, em vez de afrontar, privilegia os princípios da ordem constitucional brasileira e se mostra alinhada com a finalidade do direito penal enquanto última ratio. STF. Plenário. ADI 4980/DF, Rel. Min. Nunes Marques, julgado em 10/03/2022.”

O Item III está correto, pois a Lei autoriza que a Receita Federal requirite diretamente das instituições financeiras informações sobre a movimentação bancária dos contribuintes. De acordo com art. 6º da LC 105/2001: “As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente”. Este dispositivo foi considerado constitucional pelo STF no julgamento conjunto das ADIs 2390, 2386, 2397 e 2859 e do RE 601314/SP. Para a Suprema Corte, a disposição do art. 6º da LC 105 não se caracteriza como quebra de sigilo bancário, ocorrendo apenas a transferência de sigilo dos bancos ao Fisco.

QUESTÃO 36. Pelo princípio orçamentário da universalidade, o orçamento público

- a) Será subdividido somente em orçamento fiscal e da seguridade social.**
- b) Compreenderá todas as receitas, incluídas as de operações de crédito autorizadas em lei, sem exceção.**
- c) Deverá ter suas receitas e despesas demonstradas pelos seus valores brutos, sem qualquer exceção.**
- d) Compreenderá todas as receitas, incluídas as de operações de crédito autorizadas em lei, salvo as realizadas por antecipação de receita.**
- e) Deverá ter suas receitas e despesas demonstradas pelos seus valores líquidos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa D.



A alternativa D está correta. De acordo com o princípio orçamentário da universalidade, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta. Assim, o Poder Legislativo pode conhecer, *a priori*, todas as receitas e despesas do governo. Encontra amparo no art. 3º da Lei nº 4.320/1964: “Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros”.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

QUESTÃO 37. No que se refere à lei orçamentária anual (LOA), assinale a opção correta.

a) A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito de qualquer espécie.

b) A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

c) Os orçamentos fiscal e da seguridade social da LOA deverão ser compatibilizados com o plano plurianual e ter, entre outras, a função de melhorar desigualdades inter-regionais, segundo critério de poder aquisitivo da população.

d) Os orçamentos fiscal e de investimentos da LOA deverão ser compatibilizados com a lei de diretrizes orçamentárias e ter, entre outras, a função de reduzir desigualdades interregionais, segundo critério populacional.

e) O projeto da LOA não deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, pois tal demonstrativo deve fazer parte do projeto da lei de diretrizes orçamentárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 165, § 8º da CF “Art. 165, §8º. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei”.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

QUESTÃO 38. Ao final de certo ano, as despesas com pessoal do Poder Executivo de um município do Rio Grande do Norte equivalem a 52% da sua receita corrente líquida, conforme indicado no relatório de



gestão fiscal. Nessa situação hipotética, de acordo com a lei de Responsabilidade Fiscal, o referido Poder Executivo municipal

- a) Deve receber somente um alerta do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.
- b) Está impedido de conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal de 1988.
- c) Deve reduzir o percentual das despesas com pessoal que exceder a 50% da receita corrente líquida nos três quadrimestres seguintes, reduzindo, pelo menos, um quarto já no primeiro quadrimestre.
- d) Deve reduzir o percentual das despesas com pessoal que exceder a 50% da receita corrente líquida nos dois quadrimestres seguintes, reduzindo, pelo menos, um terço já no primeiro quadrimestre.
- e) Não está impedido de criar cargo, emprego ou função.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa E está correta. O referido Poder Executivo municipal não está impedido de criar cargo, emprego ou função, nos termos do Art. 19. da LRF, que prevê um percentual de 60% para os municípios: “Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: I - União: 50% (cinquenta por cento); II - Estados: 60% (sessenta por cento); III - Municípios: 60% (sessenta por cento).”

QUESTÃO 39. Para a realização de transferências voluntárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige, entre outras medidas,

I existência de dotação específica.

II vedação do uso dos referidos recursos para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

III comprovação, pelo beneficiário, de previsão orçamentária de contrapartida.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.



Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Todos os itens estão corretos, nos termos do art. 25 da LRF, que assim dispõe: “Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. § 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias: I - existência de dotação específica; (ITEM I) II - (VETADO) III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição; (ITEM II) IV - comprovação, por parte do beneficiário, de: a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos; b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde; c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal; d) previsão orçamentária de contrapartida. (ITEM III)”

QUESTÃO 40. A receitas de aluguéis, de imposto sobre serviços e de contribuições sociais são classificadas, quanto à origem, respectivamente, como

a) Receita derivada, receita originária e receita originária.

b) Receita derivada, receita derivada e receita originária.

c) Receita originária, receita originária e receita derivada.

d) Receita originária, receita derivada e receita originária.

e) Receita originária, receita derivada e receita derivada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa E está correta. A doutrina classifica as receitas públicas, quanto à procedência, em originárias e derivadas. Essa classificação possui uso acadêmico e não é normatizada; portanto, não é utilizada como classificador oficial da receita pelo poder público.

Receitas públicas originárias, segundo a doutrina, são as arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários.

Já as Receitas públicas derivadas, também segundo a doutrina, são as obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal. Decorrem de norma constitucional ou legal e, por isso, são auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as receitas tributárias e as de contribuições especiais. (disponível em <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/saiba-quais-sao-as-classificacoes-da-receita-publica/>)



QUESTÃO 41. À luz da Lei n.º 4.320/1964, assinale a opção que apresenta o estágio da despesa o qual cria para o estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

- a) Fixação
- b) Pagamento
- c) Liquidação
- d) Autorização
- e) Empenho

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa E.

A alternativa E está correta, nos termos do Art. 58 da Lei n.º 4.320/1964, que assim dispõe: “Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”.

QUESTÃO 42. Nos termos da Lei n.º 4.320/1964, as despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas até 31 de dezembro do ano, são denominadas

- a) despesas de exercícios anteriores não processadas.
- b) restos a pagar processados.
- c) restos a pagar não processados.
- d) restos a pagar prescritos.
- e) despesas de exercícios anteriores processadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, já que o enunciado dispõe sobre o conceito de restos a pagar processados que podem ser compreendidos como as despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício que sofreram a liquidação. Isto é, empenhou, liquidou, mas não pagou.

A alternativa B está correta. O artigo 36, da lei n.º 4.320/1964 conceitua restos a pagar. Vejamos: “Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.” Há, entretanto a diferença entre processados e não processados. Restos a Pagar Processados: são as despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício que sofreram a liquidação. Isto é, empenhou, liquidou, mas não pagou. Restos a Pagar Não



Processados: são as despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício e que não sofreram a liquidação. Isto é, apenas empenhou, não liquidou e não pagou. (Fonte: Blog do Estratégia)

A alternativa C está incorreta, uma vez que o enunciado dispõe sobre o conceito de restos a pagar processados que podem ser compreendidos como as despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício que sofreram a liquidação. Isto é, empenhou, liquidou, mas não pagou. Restos a Pagar Não Processados, por sua vez, são as despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício e que não sofreram a liquidação. Isto é, apenas empenhou, não liquidou e não pagou.

A alternativa D está incorreta, já que já que o enunciado dispõe sobre o conceito de restos a pagar processados que podem ser compreendidos como as despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício que sofreram a liquidação. Isto é, empenhou, liquidou, mas não pagou.

A alternativa E está incorreta, pois o enunciado dispõe sobre o conceito de restos a pagar processados que podem ser compreendidos como as despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício que sofreram a liquidação. Isto é, empenhou, liquidou, mas não pagou.

QUESTÃO 43. Conceitua-se como dívida pública fundada

a) a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, incluídos os do Banco Central do Brasil, pelos estados e pelos municípios.

b) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

c) a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, incluídos os do Banco Central do Brasil, para amortização em prazo inferior a doze meses.

d) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo inferior a doze meses.

e) o montante total, apurado com duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O conceito exigido consta no inciso I do art. 29 da LRF (Lei Complementar Nº 101/2000): “Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições: I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;”. O conceito nessa alternativa é o de dívida pública mobiliária.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do inciso I do art. 29 da LRF (Lei Complementar Nº 101/2000): “Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições: I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;”



A alternativa C está incorreta, pois em desacordo com o inciso I do art. 29 da LRF (Lei Complementar Nº 101/2000): “Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições: I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;”

A alternativa D está incorreta, já que em desacordo com o inciso I do art. 29 da LRF (Lei Complementar Nº 101/2000): “Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições: I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;”

A alternativa E está incorreta, pois em desacordo com o inciso I do art. 29 da LRF: “Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições: I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;”

QUESTÃO 44. Em relação ao controle externo no âmbito da União, julgue os itens a seguir.

I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação das subvenções e à renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

II. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

III. Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas do presidente da República, mediante parecer, que deverá ser elaborado em sessenta dias, contados do recebimento da prestação de contas.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo .**
- b) Apenas os itens I e II estão certos.**
- c) Apenas os itens I e III estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está correto. É a literalidade do art. 70 da CF/88. Vejamos: “Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que



utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

O item II está correto. Trata-se da literalidade do Parágrafo único do art. 70 da CF/88. Vejamos: “Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

O item III está incorreto. O fundamento encontra-se no inciso I do art. 71 da CF/88: Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;”. Trata-se de apreciação, e não julgamento, como colocado no enunciado.

A alternativa A está incorreta, uma vez que apenas os itens I e II estão certos.

A alternativa B está correta, já que, conforme fundamentação exposta, apenas os itens I e II estão certos.

A alternativa C está incorreta, pois apenas os itens I e II estão certos.

A alternativa D está incorreta, uma vez que apenas os itens I e II estão certos.

A alternativa E está incorreta, já que apenas os itens I e II estão certos.

QUESTÃO 45. A concessão florestal.

a) objetiva a exploração de produtos e serviços florestais contratualmente especificados, em unidade de manejo de floresta pública, com perímetro de zona de amortecimento georreferenciado, registrada no respectivo cadastro de florestas públicas e incluída no Cadastro Nacional de Pequenos Produtores Agroflorestais no Ministério da Agricultura.

b) poderá prever a transferência de titularidade dos créditos de carbono do concessionário a terceiro interessado que demonstre capacidade de comercializar certificados representativos de créditos de carbono e serviços ambientais associados, conforme acordo entre as partes.

c) tem seu objeto fixado no plano de manejo, que definirá os produtos florestais e serviços cuja exploração será autorizada.

d) determina que o manejo da fauna silvestre pelas comunidades locais seja estipulado pelas cláusulas do contrato.

e) confere ao concessionário somente os direitos expressamente previstos no contrato de concessão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, uma vez que não consta tal previsão na da lei nº 11.284/2006. O conceito de concessão florestal encontra-se no inciso VII do Art. 3º da referida lei. Vejamos: “VII - concessão florestal: delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar atividades de manejo florestal sustentável, de restauração florestal e de exploração de produtos e serviços em unidade de manejo,



conforme especificado no objeto do contrato de concessão, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;”

A alternativa B está incorreta. A transferência é do poder concedente ao concessionário. É o que se depreende da leitura do § 2º do art. 16 da lei nº 11.284/2006, a seguir transcrito: “ art. 16 [...] § 2º Ressalvadas as áreas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais, o contrato de concessão poderá prever a transferência de titularidade dos créditos de carbono do poder concedente ao concessionário, durante o período da concessão, bem como o direito de comercializar certificados representativos de créditos de carbono e serviços ambientais associados, conforme regulamento.”

A alternativa C está incorreta, pois a fixação não é feita no plano e manejo, mas sim no contrato. Trata-se da orientação contida no inciso VII do Art. 3º nº 11.284/2006. Vejamos: “VII - concessão florestal: delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar atividades de manejo florestal sustentável, de restauração florestal e de exploração de produtos e serviços em unidade de manejo, conforme especificado no objeto do contrato de concessão, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;”

A alternativa D está incorreta. Dispõe o § 3º do art. 16 da lei nº 11.284/2006, o seguinte: “O manejo da fauna silvestre pelas comunidades locais observará a legislação específica.”

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do Art. 16 da lei nº 11.284/2006: “A concessão florestal confere ao concessionário somente os direitos expressamente previstos no contrato de concessão.”

QUESTÃO 46. Em relação à cobrança pelo uso dos recursos hídricos e à outorga de direitos de uso desses recursos, assinale a opção correta.

- a) A água é um recurso finito e limitado que precisa ser precificada pelas regras do mercado, tributada pela União e demais entes federativos, devendo seu uso ser controlado pelo Estado para garantir sua disponibilidade para as gerações futuras.
- b) A dessedentação humana e animal só pode ser assegurada por meio de medidas coercitivas que impeçam a fruição voluptuária dos recursos hídricos em empreendimentos privados tais como clubes e resorts.
- c) O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos objetiva a preservação integral da biota, a manutenção dos padrões climáticos e o combate aos efeitos do superaquecimento global, sendo a cobrança antecipada ao uso desses recursos a regra a ser observada, só havendo exceção ou dispensa não onerosa em caso de comprovada hipossuficiência.
- d) As unidades habitacionais individuais devem ser tributadas pelo número de sanitários, sendo admitidos, no máximo, dois por unidade ocupada por núcleo familiar igual ou superior a seis membros.
- e) A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva incentivar a racionalização do uso da água, e a outorga de direitos busca assegurar o controle qualitativo dos usos da água, bem como o efetivo direito de acesso à água.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.



A alternativa A está incorreta. o art. 1º da lei 9433/97 prevê que água é dotada de valor econômico, mas não dispõe sobre a forma de precificação. Vejamos: Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: I - a água é um bem de domínio público; II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; [...] VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.”

Por sua vez, sobre a disponibilidade, determina o art. 2º: “São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos: I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;”

A alternativa B está incorreta, já que não se coaduna com os fundamentos previstos pela política de recursos hídricos. Vejamos: “Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: [...] III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;”

A alternativa C está incorreta. O objetivo da outorga vem descrito no art. 11, lei 9433/97: “O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.”

A alternativa D está incorreta, uma vez que não há tal previsão na lei 9433/97 que trata dos recursos hídricos e da outorga de direitos de uso desses recursos.

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do art. 19 c/c art. 11, ambos da lei 9433/97: “Art. 19. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva: [...] II - incentivar a racionalização do uso da água”; “Art. 11. O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.”

QUESTÃO 47. Constitui requisito estabelecido na Lei n.º 12.651/2012 (e alterações) para a utilização dos apicuns e salgados em atividades de carcinicultura e salinas

a) o licenciamento das referidas atividades e das instalações pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), cientificando-se o órgão ambiental estadual e, no caso de uso de terrenos de marinha ou outros bens da União, realizada a regularização prévia da titulação perante o Ministério da Marinha.

b) a garantia da qualidade da água e do solo, respeitados os limites da reserva legal e a manutenção das atividades tradicionais de sobrevivência das comunidades locais.

c) a garantia da manutenção da qualidade da água e do solo, respeitadas as áreas de preservação permanente e as atividades tradicionais de sobrevivência das comunidades locais.

d) o cumprimento da determinação de que a área total ocupada em cada estado não pode ser superior a 20% dessa modalidade de fitofisionomia no bioma amazônico e a 35% no restante do país.

e) a salvaguarda da absoluta integridade dos manguezais arbustivos e dos processos ecológicos essenciais a eles associados, bem como da sua produtividade biológica e manutenção da condição de depósito de material arqueogenômico essencial ao registro evolutivo das espécies

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.



A alternativa A está incorreta, já que o licenciamento nesses casos será realizado pelo órgão estadual, cientificado o IBAMA. Ademais, a titulação ocorre perante a União. O fundamento encontra-se no art. a seguir: “Art. 11-A. A Zona Costeira é patrimônio nacional, nos termos do § 4º do art. 225 da Constituição Federal, devendo sua ocupação e exploração dar-se de modo ecologicamente sustentável. § 1º Os apicuns e salgados podem ser utilizados em atividades de carcinicultura e salinas, desde que observados os seguintes requisitos: [...] III - licenciamento da atividade e das instalações pelo órgão ambiental estadual, cientificado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e, no caso de uso de terrenos de marinha ou outros bens da União, realizada regularização prévia da titulação perante a União;”

A alternativa B está incorreta, já que contraria o inciso V do §1º do art. 11-A. Vejamos: “Art. 11-A. A Zona Costeira é patrimônio nacional, nos termos do § 4º do art. 225 da Constituição Federal, devendo sua ocupação e exploração dar-se de modo ecologicamente sustentável. § 1º Os apicuns e salgados podem ser utilizados em atividades de carcinicultura e salinas, desde que observados os seguintes requisitos: [...] V - garantia da manutenção da qualidade da água e do solo, respeitadas as Áreas de Preservação Permanente;”

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade dos incisos V e VI, ambos do §1º, do art. 11-A. Vejamos: “Art. 11-A. A Zona Costeira é patrimônio nacional, nos termos do § 4º do art. 225 da Constituição Federal, devendo sua ocupação e exploração dar-se de modo ecologicamente sustentável. § 1º Os apicuns e salgados podem ser utilizados em atividades de carcinicultura e salinas, desde que observados os seguintes requisitos: [...] V - garantia da manutenção da qualidade da água e do solo, respeitadas as Áreas de Preservação Permanente; VI - respeito às atividades tradicionais de sobrevivência das comunidades locais.”

A alternativa D está incorreta. Contraria os percentuais previstos no inciso I do §1º do art. 11-A: “Art. 11-A. A Zona Costeira é patrimônio nacional, nos termos do § 4º do art. 225 da Constituição Federal, devendo sua ocupação e exploração dar-se de modo ecologicamente sustentável. § 1º Os apicuns e salgados podem ser utilizados em atividades de carcinicultura e salinas, desde que observados os seguintes requisitos: I - área total ocupada em cada Estado não superior a 10% (dez por cento) dessa modalidade de fitofisionomia no bioma amazônico e a 35% (trinta e cinco por cento) no restante do País, excluídas as ocupações consolidadas que atendam ao disposto no § 6º deste artigo;”

A alternativa E está incorreta, pois não reproduz corretamente o inciso II do § 1º do Art. 11-A: “A Zona Costeira é patrimônio nacional, nos termos do § 4º do art. 225 da Constituição Federal, devendo sua ocupação e exploração dar-se de modo ecologicamente sustentável. § 1º Os apicuns e salgados podem ser utilizados em atividades de carcinicultura e salinas, desde que observados os seguintes requisitos: [...] II - salvaguarda da absoluta integridade dos manguezais arbustivos e dos processos ecológicos essenciais a eles associados, bem como da sua produtividade biológica e condição de berçário de recursos pesqueiros;”

QUESTÃO 48. De acordo com a Lei nº 6.938/1981, poluidor e poluição são definidos, respectivamente, como

a) a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental; e a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou

indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população e criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, exclusivamente.

b) a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental, e a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população,



criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente, afetem desfavoravelmente a biota e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

c) a pessoa física, de direito público ou privado, responsável diretamente por atividade causadora de degradação ambiental; e a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas e afetem desfavoravelmente a biota e as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.

d) a pessoa física ou jurídica, de direito privado, responsável diretamente ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental; e a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades econômicas potencialmente degradadoras e(ou) utilizadoras de recursos naturais que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população humana e as condições reprodutivas das demais espécies que habitam o planeta, criando ocorrências adversas ao progresso tecnológico e ao desenvolvimento socioeconômico.

e) a pessoa jurídica, de direito público ou privado, responsável diretamente por atividade causadora ambiental; e a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades antropofísicas e geomorfológicas sistêmicas que prejudiquem a qualidade do ar, o equilíbrio climático, os índices pluviométricos, a segurança e o bem-estar das espécies nativas, criando mutações genéticas teratológicas nos pescados, bovinos, suínos equinos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois em desacordo com os conceitos fixados no art. 3º da lei nº 6.938/1981. Vejamos: “art. 3º [...] IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental”; “art. 3º [...] III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;”

A alternativa B está correta. São esses os conceitos fixados no art. 3º da lei nº 6.938/1981. Vejamos: “art. 3º [...] IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental”; “art. 3º [...] III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;”

A alternativa C está incorreta. Como já pontuado, a alternativa está em desacordo com os conceitos fixados no art. 3º da lei nº 6.938/1981. Vejamos: “art. 3º [...] IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental”; “art. 3º [...] III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;”



A alternativa D está incorreta. A referida alternativa não reproduz corretamente os conceitos fixados no art. 3º da lei nº 6.938/1981. Vejamos: “art. 3º [...] IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental”; “art. 3º [...] III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;”

A alternativa E está incorreta. Os conceitos fixados no art. 3º da lei nº 6.938/1981 não se coadunam com a descrição contida na presente alternativa.

QUESTÃO 49. Segundo a doutrina de referência na área do direito ambiental, é urgente e imprescindível a construção de um Estado de direito ambiental para o enfrentamento da crise ecológica global e dos desafios da sociedade de risco. Para tanto, é necessário dispor de princípios fundantes e estruturantes, entre os quais se incluem os

- a) princípios da tutela compartilhada sobre recursos ambientais presentes nas áreas fronteiriças, bem como os da publicidade e da anterioridade.
- b) princípios da conformidade, da não conformidade, da mútua sinergia, da precaução da prevenção.
- c) princípios da precaução, da prevenção, da participação, da responsabilização, do poluidor-pagador, da cidadania, da democracia, da informação, da proibição do retrocesso ecológico e do mínimo existencial ecológico.
- d) metaprincípios da soberania, do primado da natureza, da bioética trans-humanista, da prevenção, da precaução e da fruição onerosa.
- e) princípios, metaprincípios e axiomas da participação popular, do ecumenismo transgeracional, do primado da dignidade da vida em todas as suas formas, bem como os princípios da prevenção, da participação e da precaução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, já que anterioridade não é princípio ambiental.

A alternativa B está incorreta. Conformidade e não conformidade não se inserem no rol de princípios de direito ambiental.

A alternativa C está correta, uma vez que tal alternativa elenca o rol de princípios que a doutrina majoritária aponta como fundantes e estruturantes do direito ambiental.

A alternativa D está incorreta, já que bioética trans-humanista não poderia ser considerada como princípio fundante e estruturante do direito ambiental.

A alternativa E está incorreta, pois não caberia o enquadramento do ecumenismo transgeracional como princípio fundante e estruturante do direito ambiental.

QUESTÃO 50. No que tange ao dano ambiental, assinale a opção correta.



a) Causa inequívoco dano ecológico quem ocupa, explora ou impede a regeneração de área de uso comum em cobertura de condomínio residencial vertical, fazendo emergir obrigação *propter rem* de restaurar plenamente e de indenizar o meio ambiente degradado e terceiros afetados, sob o regime de responsabilidade civil objetiva.

b) o pescador profissional é parte legítima para postular indenização por dano ambiental que tenha acarretado a redução da pesca na área atingida p por sinistro, podendo utilizar-se do registro profissional, ainda que concedido posteriormente ao sinistro, e de outros meios de prova que sejam suficientes ao convencimento do juiz acerca do exercício dessa atividade.

c) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria da tutela processual integral do meio ambiente, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que a tutela se efetive na unidade do processo, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável por dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar.

d) O reconhecimento da responsabilidade objetiva por dano ambiental dispensa a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado.

e) A alegação de culpa exclusiva de terceiro pelo acidente em causa, como excludente de responsabilidade, deve ser mantida, ante a incidência da teoria do risco integral e da responsabilidade objetiva inerente ao dano ambiental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O erro se refere à expressão “dano inequívoco”, uma vez que a avaliação do dano deve ser realizada no caso concreto.

A alternativa B está correta. Trata-se do tema 439 do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A tese firmada foi: “É devida a indenização por dano moral patente o sofrimento intenso do pescador profissional artesanal, causado pela privação das condições de trabalho, em consequência do dano ambiental.”

A alternativa C está incorreta, uma vez que o fundamento se dá na teoria do risco integral, e não por meio da teoria da tutela processual integral do meio ambiente, como afirma a alternativa.

A alternativa D está incorreta, já que mesmo na modalidade objetiva há necessidade de demonstração do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado.

A alternativa E está incorreta, pois na aplicação da teoria do risco integral há o afastamento dessas excludentes de responsabilidade.

QUESTÃO 51. As reservas particulares do patrimônio natural

a) são gravadas com perpetuidade, por intermédio de termo de compromisso averbado à margem da inscrição no registro público de imóveis.

b) são unidades de conservação de domínio privado que podem ser criadas em áreas de domínio público, em atendimento à função socioambiental da propriedade.

c) são unidades *suis generis* que não se enquadram nas categorias de proteção integral ou uso sustentável, constituindo, juntamente com os jardins botânicos, sítios Ramsar e reservas da biosfera, o grupo dos bens públicos globais.



d) são unidades de Conservação de domínio privado, com o objetivo de gerar emprego e renda para as populações tradicionais que a habitam há gerações.

e) poderão ser criadas pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), sendo, no âmbito federal, declaradas instituídas mediante ato privativo do presidente da República.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. É o que prevê o § 1º do art. 21 da Lei 9985/2000: “Art. 21. A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. § 1º O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.”

A alternativa B está incorreta. Apenas áreas privadas, conforme art. 21 da Lei 9985/2000: “Art. 21. A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.”

A alternativa C está incorreta. Inserem-se no grupo de uso sustentável. nesse sentido o inciso VII do Art. 14: “Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: [...] VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.”

A alternativa D está incorreta. O objetivo é conservar a diversidade biológica, conforme art. 21 da Lei 9985/2000: “Art. 21. A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.”

A alternativa E está incorreta, pois a criação será por meio de iniciativa particular. O proprietário deverá então solicitar um requerimento junto ao ICMBio ou órgão ambiental estadual ou municipal, a depender da região onde sua propriedade está localizada.

QUESTÃO 52. O mosaico de unidades de conservação será reconhecido em ato do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a pedido dos órgãos gestores das unidades de conservação e deverá dispor um conselho de mosaico, ao qual compete, entre outras atribuições, propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente,

a) os usos na fronteira entre os estados limítrofes com o Brasil; o acesso às unidades de proteção integral que compõem a malha de corredores ecológicos urbanos; a fiscalização; o monitoramento e avaliação dos planos de manejo; a pesquisa científica voltada para o desenvolvimento de métodos não invasivos de prospecção; e a alocação de recursos advindos da comercialização de produtos ambientais manufaturados nas reservas de desenvolvimento sustentável.

b) os usos na fronteira entre unidades; o acesso às unidades; a fiscalização; o monitoramento e avaliação dos planos de manejo; e a gestão das bacias hidrográficas.

c) Os usos da biodiversidade lacustre e ribeirinha das unidades componentes; o acesso às unidades e à fiscalização dos quichês de venda de ingressos nos parques municipais; a fiscalização, o monitoramento e avaliação dos planos de negócios das comunidades que habitam as unidades; a pesquisa científica; e à alocação de recursos advindos da União.



d) o monitoramento e avaliação dos planos de manejo; a pesquisa científica; a alocação de recursos advindos da compensação referente aos crimes ambientais; e o acesso aos corredores ecológicos.

e) os usos na fronteira entre unidades; o acesso às unidades; a fiscalização; o monitoramento e avaliação dos planos de manejo; a pesquisa científica; e a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O enunciado se refere ao dispõe o inciso II do art. 10 do Decreto 4340/02, transcrito a seguir: “ Art. 10. Compete ao conselho de cada mosaico: [...] II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar: a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente: 1. os usos na fronteira entre unidades; 2. o acesso às unidades; 3. a fiscalização; 4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo; 5. a pesquisa científica; 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental; b) a relação com a população residente na área do mosaico;”

A alternativa B está incorreta, já que não reproduz o disposto no inciso II do art. 10 do Decreto 4340/02, transcrito a seguir: “ Art. 10. Compete ao conselho de cada mosaico: [...] II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar: a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente: 1. os usos na fronteira entre unidades; 2. o acesso às unidades; 3. a fiscalização; 4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo; 5. a pesquisa científica; 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental; b) a relação com a população residente na área do mosaico;”

A alternativa C está incorreta. O enunciado se refere ao dispõe o inciso II do art. 10 do Decreto 4340/02, transcrito a seguir: “ Art. 10. Compete ao conselho de cada mosaico: [...] II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar: a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente: 1. os usos na fronteira entre unidades; 2. o acesso às unidades; 3. a fiscalização; 4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo; 5. a pesquisa científica; 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental; b) a relação com a população residente na área do mosaico;”

A alternativa D está incorreta, já que não reproduz o disposto no inciso II do art. 10 do Decreto 4340/02, transcrito a seguir: “ Art. 10. Compete ao conselho de cada mosaico: [...] II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar: a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente: 1. os usos na fronteira entre unidades; 2. o acesso às unidades; 3. a fiscalização; 4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo; 5. a pesquisa científica; 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental; b) a relação com a população residente na área do mosaico;”

A alternativa E está correta. Trata-se do que dispõe o inciso II do art. 10 do Decreto 4340/02, transcrito a seguir: “ Art. 10. Compete ao conselho de cada mosaico: [...] II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar: a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente: 1. os usos na fronteira entre unidades; 2. o acesso às unidades; 3. a fiscalização; 4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo; 5. a pesquisa científica; 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental; b) a relação com a população residente na área do mosaico;”



QUESTÃO 53. Segundo a Lei n.º 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social consistirá, no mínimo, de

I soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

II rede para o abastecimento de água potável.

III vias de circulação.

IV escoamento das águas pluviais.

V cinturão verde.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I, III e V estão certos.

b) Apenas os itens I, II, III e IV estão certos.

c) Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.

d) Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão exige o conhecimento acerca da infraestrutura básica exigida por lei dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social.

Tais requisitos constam do art. 2º, §6º da Lei 6.766/79, do seguinte modo: "A infra-estrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo, de: I - vias de circulação; II - escoamento das águas pluviais; III - rede para o abastecimento de água potável; e IV - soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar."

Portanto, dos itens, o único não exigido por lei é o V, do cinturão verde, sendo I, II, III e IV corretos.

QUESTÃO 54. No que tange à implementação da política de desenvolvimento urbano para assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade, assinale a opção correta à luz do disposto no Estatuto da Cidade e na Constituição Federal de 1988 (CF).

a) Conforme dispõe o Estatuto da Cidade, o plano diretor de ordenamento e desenvolvimento urbano é o instrumento adequado não apenas para ordenar o território, mas também para assegurar o direito à cidade, ao passo que o plano diretor de ordenamento urbano está limitado às cidades de pequeno porte em estado de conurbação, devendo os projetos de desenvolvimento nele previstos ser submetidos diretamente ao governo do estado.

b) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurado o atendimento das necessidades dos cidadãos no que diz respeito à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

c) A função social da propriedade não pode ser efetivada plenamente enquanto não houver disposições claras no plano diretor, e apenas as cidades com população acima de 50 mil habitantes estão aptas a executá-lo.



d) O plano diretor, como norma programática de efeito restrito sujeita a condicionantes financeiros e orçamentários, só pode garantir a ampla efetivação do direito à cidade e à função social da propriedade quando sujeito à judicialização compulsória.

e) Não há previsão, no Estatuto da Cidade, dos instrumentos de efetivação da função social da cidade e da propriedade, visto que eles estão exaustivamente elencados no texto constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 41 do Estatuto da Cidade trata sobre a obrigatoriedade do Plano Diretor do seguinte modo: "O plano diretor é obrigatório para cidades: I – com mais de vinte mil habitantes; II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4o do art. 182 da Constituição Federal; IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico; V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos." Ademais, o plano diretor não se submete diretamente ao governo do estado. Dispõe o art. 40 do Estatuto: " O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana."

A alternativa B está correta, nos termos do art. 39 do Estatuto da Cidade: "A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2o desta Lei."

A alternativa C está incorreta, pois não há essa limitação de cidades com população acima de 50 mil habitantes. Em verdade, traz o art. 41, I, do Estatuto da Cidade: " O plano diretor é obrigatório para cidades: I – com mais de vinte mil habitantes;"

A alternativa D está incorreta, uma vez que não há qualquer exigência de judicialização para implementação do Plano Diretor. Vejamos o que estabelece o art. 40 e seus parágrafos: "O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas. O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo. A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos. No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos."

A alternativa E está incorreta, pois há previsão dos instrumentos da política urbana, no art. 4º do Estatuto da Cidade. São alguns: "Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos: I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; III – planejamento municipal, em especial: a) plano diretor; b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; c) zoneamento ambiental; d) plano plurianual; e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual; f) gestão



orçamentária participativa; g) planos, programas e projetos setoriais; h) planos de desenvolvimento econômico e social;"

QUESTÃO 55. No que concerne à proteção do patrimônio cultural brasileiro, assinale a opção correta.

a) O município, no exercício de sua competência exclusiva, promoverá e protegerá o patrimônio cultural da humanidade por meio de tombamento, de desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação, cabendo ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a realização do inventário e registro desse patrimônio.

b) À Promotoria do Meio Ambiente, com a colaboração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de atividades culturais, artísticas e literárias, de educação, lazer, turismo ambiental e recreação em contato com a natureza, por meio de amplas iniciativas de acautelamento e preservação ambientais.

c) O município, sob o comando da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e com a colaboração da União, protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de digitalização e escaneamento.

d) A sociedade civil organizada, em razão do princípio da soberania popular, promoverá e protegerá os bens materiais e imateriais da nação, utilizando-se, para isso, dos registros do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), dos acervos das casas de cultura, do tombamento e da desapropriação.

e) O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Inicialmente, cabe ressaltar que o município não detém competência exclusiva para proteção do patrimônio cultural. Trata-se, em verdade, de competência comum, estabelecida no art. 23, da CF/88: "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;"

Ademais, estabelece o art. 216 da CF/88 que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Assim, acrescenta o art. 216, § 1º, da CF/88: "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação."

Logo, apenas a alternativa E está correta.



QUESTÃO 56. No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Executivo e Legislativo municipais devem garantir

- a) a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos diversos segmentos da comunidade.**
- b) a acessibilidade digital, a proteção integral aos que optarem pelo acordo de não persecução penal e o aprimoramento dos agentes públicos.**
- c) a aplicação da garantia da lei e da ordem.**
- d) a excepcionalidade da obrigação de medidas impostas pelo ordenamento jurídico político das funções sociais da cidade.**
- e) a agilidade na concessão de medidas preventivas que visem garantir a intervenção federal no município.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão exige o conhecimento acerca das garantias observadas pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais, exigidas por lei, no processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação.

Tais garantias estão enumeradas no art. 40, §4º, do Estatuto da Cidade: "No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos."

Logo, apenas a alternativa A apresenta respaldo legal e está correta.

QUESTÃO 57. Segundo o Estatuto da Cidade, as diretrizes gerais da política urbana incluem

I garantia do direito a cidades sustentáveis.

II cooperação entre governos, iniciativa privada e demais setores da sociedade no processo de urbanização.

III liberdade irrestrita de distribuição especial da população e das atividades econômicas do município.

IV ordenação e controle do uso do solo, de forma a promover a retenção especulativa de imóvel urbano.

Estão certos apenas os itens.

- a) I e II.**
- b) I e III.**
- c) II e IV.**
- d) I, III e IV.**
- e) II, III e IV.**

Comentários



A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o tema das diretrizes gerais da política urbana, previstas no art. 2º do Estatuto da Cidade.

Apenas os itens I e II estão corretos, pois encontram previsão no art. 2º, I e III, do Estatuto: "A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; (...) III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;"

Os demais itens não estão previstos em lei.

QUESTÃO 58. No que diz respeito à acessibilidade urbana, assinale a opção correta com base no disposto no Estatuto da Cidade relativamente aos municípios que, assim como Natal, têm plano diretor.

a) Aos municípios compete a construção de rodovias e vias de acesso exclusivas a pessoas com mobilidade reduzida, que facilitem o ingresso dessas pessoas a prédios públicos, hospitais, espaços de lazer e atividades culturais, ambientes escolares, comércio e facilidades, bem como o fornecimento e a disponibilização de meios e equipamentos individuais de locomoção, órteses, próteses cadeiras de rodas e(ou) acesso virtual a essas pessoas.

b) A garantia de acesso da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida depende da ação colaborativa da sociedade civil organizada e do setor produtivo, ao qual cabe construir e reformar as rotas e vias de acesso existentes, para facilitar a locomoção da pessoa com deficiência, de maneira independente, nos sistemas de transporte coletivo de passageiros, de forma onerosa, com vistas ao lucro das empresas, a arrecadação de impostos e ao desenvolvimento econômico da região.

c) As cidades onde o plano diretor é obrigatório devem elaborar plano de rotas acessíveis que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes.

d) Embora seja indiscutível a aplicabilidade da norma programática que garante a acessibilidade da pessoa com deficiência e sua mobilidade no meio urbano, o que depende de investimentos públicos e privados que possam adaptar os meios de transporte e as edificações às necessidades concretas das pessoas, é facultada aos municípios a adoção de medidas que restrinjam o deslocamento e a mobilidade urbanos, em consequência do princípio da reserva do possível.

e) O município deve interditar rotas, inclusive aquelas que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, para que a pessoa com deficiência possa acessar, com conforto e segurança, os órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos e bancos, podendo, para tanto, estabelecer dias e horários especiais para o exercício desses direitos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o tema da acessibilidade urbana em municípios que possuem Plano Diretor. Estatuto da Cidade.



A matéria está disciplinada no Estatuto da Cidade unicamente no art. 41, §3º: "As cidades de que trata o caput deste artigo devem elaborar plano de rotas acessíveis, compatível com o plano diretor no qual está inserido, que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, inclusive as que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, como os órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, entre outros, sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros."

Portanto, apenas a alternativa C apresenta correta disposição legal. As demais, não tem qualquer previsão em lei, nem tampouco apresentam deveres reais dos municípios.

QUESTÃO 59. A mais-valia fundiária urbanística consiste

- a) na desvalorização imobiliária que, decorrente de obras públicas ou da alteração dos parâmetros urbanísticos de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, seja efetuada em detrimento da proteção do patrimônio cultural.**
- b) na média ponderada entre os custos das obras públicas ou da alteração dos parâmetros urbanísticos de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano.**
- c) na valorização imobiliária decorrente de obras públicas ou da alteração dos parâmetros urbanísticos de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano.**
- d) na contraposição decorrente da carência e não execução de obras públicas ou da alteração dos parâmetros de sustentabilidade, uso e ocupação do solo urbano.**
- e) no resultado da soma dos custos das obras públicas com os valores arrecadados mediante a alteração dos parâmetros urbanísticos de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Compreende-se como "mais-valia urbanística" a valorização imobiliária decorrente de obras públicas ou da alteração dos parâmetros urbanísticos de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano.

José Afonso da Silva ((SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro, 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 44/45) explica: "o princípio da afetação das mais-valias ao custo da urbanificação, segundo o qual os proprietários dos terrenos devem satisfazer os gastos da urbanificação, dentro dos limites do benefício dela decorrente para eles, como compensação pela melhoria das condições de edificabilidade que dela deriva para seus lotes;"

Assim, a única alternativa que apresenta o conceito correto é a letra C.

QUESTÃO 60. De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), a lei orgânica de cada município será

- a) votada em dois turnos, com o interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por dois terços dos membros da câmara municipal.**
- b) votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da câmara municipal.**



c) votada em turno único e aprovada por um terço dos membros da câmara municipal.

d) votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por um terço dos membros da câmara municipal.

e) votada em turno único e aprovada por dois terços dos membros da câmara municipal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com o art. 29 da CF: “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:”

As demais alternativas, portanto, ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 61. Segundo a CF, a composição das câmaras municipais observará o limite máximo de

a) quinze vereadores, nos municípios de até quinze mil habitantes, e de cinquenta e cinco vereadores, nos municípios de mais de oito milhões de habitantes.

b) nove vereadores, nos municípios de até quinze mil habitantes, e de cinquenta vereadores, nos municípios de mais de cinco milhões de habitantes.

c) vinte e um vereadores, nos municípios de até trinta mil habitantes, e de cinquenta vereadores, nos municípios de mais de oito milhões de habitantes.

d) nove vereadores, nos municípios de até quinze mil habitantes, e de cinquenta e cinco vereadores, nos municípios de mais de oito milhões de habitantes.

e) vinte e um vereadores, nos municípios de até trinta mil habitantes, e de cinquenta e cinco vereadores, nos municípios de mais de cinco milhões de habitantes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, conforme art. 29, IV, alíneas ‘a’ e ‘x’, da CF: “IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes; x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;”

A alternativa B está incorreta, conforme art. 29, IV, alíneas ‘a’ e ‘u’, da CF: “IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes; u) 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes;”

A alternativa C está incorreta, conforme art. 29, IV, alíneas ‘b’ e ‘x’, da CF: “IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes; x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;”

A alternativa D está correta, conforme art. 29, IV, alíneas ‘a’ e ‘x’, da CF: “IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze



mil) habitantes; x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;”

A alternativa E está incorreta, conforme art. 29, IV, alíneas ‘b’ e ‘x’, da CF: “IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes; u) 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes;”

QUESTÃO 62. Conforme disposto na CF, as contas dos municípios ficarão à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, durante

- a) trinta dias, anualmente.
- b) trinta dias, semestralmente.
- c) dez dias, anualmente.
- d) sessenta dias, semestralmente.
- e) sessenta dias, anualmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Na letra do art. 31, § 3º, da CF: “As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.”

As demais alternativas, portanto, ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 63. A CF proíbe que o total da despesa do Poder Legislativo municipal ultrapasse

- a) 3% do somatório da receita tributária e das transferências especificadas conforme o art. 29-A, para municípios com população de até cem mil habitantes.
- b) 3,5% do somatório da receita tributária e das transferências especificadas conforme o art. 29-A, para municípios com população acima de oito milhões e um habitantes.
- c) 4% do somatório da receita tributária e das transferências especificadas conforme o art. 29-A, para municípios com população acima de oito milhões e um habitantes.
- d) 5% do somatório da receita tributária e das transferências especificadas conforme o art. 29-A, para municípios com população de até cem mil habitantes.
- e) 7% do somatório da receita tributária e das transferências especificadas conforme o art. 29-A, para municípios com população de até cem mil habitantes.

Comentários

As alternativas corretas são a **letra B** e a **letra E**. Questão passível de anulação.

A alternativa A está incorreta, de acordo com art. 29-A, inciso I, da CF: “O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá



ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;”

A alternativa B está correta, conforme art. 29-A, inciso VI, da CF: “O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.”

A alternativa C está incorreta, de acordo com art. 29-A, inciso V, da CF: “O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;”

A alternativa D está incorreta, de acordo com art. 29-A, inciso III, da CF: “O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;”

A alternativa E está correta, de acordo com art. 29-A, inciso I, da CF: “O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;”

QUESTÃO 64. Com base nas normas orçamentárias da Lei Orgânica do Município de Natal, assinale a opção que indica o percentual, pertencente a esse município, do produto da arrecadação do imposto do estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

a) 10%

b) 25%

c) 30%

d) 50%

e) 70%

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

De acordo com art. 88, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Natal: “Pertencem ao Município: (...) III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

As demais alternativas, portanto, ficam automaticamente incorretas.



QUESTÃO 65. Consoante as normas financeiras e orçamentárias dispostas na Lei Orgânica do Município de Natal, o Poder Executivo municipal deverá publicar relatório da execução orçamentária

- a) até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.**
- b) até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre.**
- c) até trinta dias após o encerramento de cada semestre.**
- d) até sessenta dias após o encerramento de cada semestre.**
- e) até trinta dias após o encerramento de cada ano.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com art. 93, § 3º, da Lei Orgânica do Município de Natal: “O Poder Executivo deve publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório da execução orçamentária.”

As demais alternativas, portanto, ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 66. Segundo a Lei Orgânica do Município de Natal, compete privativamente a esse município

- a) planejar o uso e a ocupação do solo, no que concerne ao bem comum e à defesa do meio ambiente.**
- b) promover o ensino, a educação e a cultura.**
- c) abrir e conservar estradas e caminhos e determinar a execução de serviço público.**
- d) zelar pela saúde, higiene, segurança e assistência públicas.**
- e) estabelecer e implantar a política de educação para o trânsito.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, de acordo com art. 5º, § 1º, III, da Lei Orgânica do Município de Natal: “O Município tem competência privativa, comum e suplementar. § 1º Compete, privativamente, ao Município: (...) III - planejar o uso e a ocupação do solo, no que concerne ao bem comum e à defesa do meio ambiente;”

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com art. 7º, II, da Lei Orgânica do Município de Natal, trata-se de competência concorrente: “Compete ao Município, concorrentemente com a União ou com o Estado, ou supletivamente a eles; (...) II - promover o ensino, a educação e a cultura;”

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com art. 7º, V, da Lei Orgânica do Município de Natal, trata-se de competência concorrente: “Compete ao Município, concorrentemente com a União ou com o Estado, ou supletivamente a eles; (...) V - abrir e conservar estradas e caminhos e determinar a execução de serviço público;”

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com art. 7º, I, da Lei Orgânica do Município de Natal, trata-se de competência concorrente: “Compete ao Município, concorrentemente com a União ou com o Estado, ou supletivamente a eles; (...) I - zelar pela saúde, higiene, segurança e assistência públicas;”



A alternativa E está incorreta, pois de acordo com art. 7º, III, da Lei Orgânica do Município de Natal, trata-se de competência concorrente: “Compete ao Município, concorrentemente com a União ou com o Estado, ou supletivamente a eles; (...) III - estabelecer e implantar a política de educação para o trânsito;”

QUESTÃO 67. Com base na Lei Complementar nº 2/1991 do município de Natal, assinale a opção que indica órgão de atividade de direção superior da Procuradoria-Geral do Município de Natal.

a) Procuradoria Administrativa

b) Assessor de Gabinete

c) Unidade de Cobrança e Liquidação da Dívida Ativa

d) Conselho de Procuradores

e) Procuradoria Fiscal

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com art. 3º, II, alínea a, da Lei Complementar nº 2/1991, a Procuradoria Administrativa é órgão de atividade fim: “A Procuradoria Geral do Município é composta dos seguintes órgãos: (...) II - atividades-fim: a) Procuradoria Administrativa;”

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com art. 3º, III, alínea e, da Lei Complementar nº 2/1991, o Assessor de Gabinete é órgão de atividade meio: “A Procuradoria Geral do Município é composta dos seguintes órgãos: (...) III - atividade-meio: (...) e) Assessor de Gabinete.”

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com art. 3º, III, alínea c, da Lei Complementar nº 2/1991, a Unidade de Cobrança e Liquidação da Dívida Ativa é órgão de atividade meio: “A Procuradoria Geral do Município é composta dos seguintes órgãos: (...) III - atividade-meio: (...) c) Unidade de Cobrança e Liquidação da Dívida Ativa;”

A alternativa D está correta, de acordo com art. 3º, I, alínea b, da Lei Complementar nº 2/1991: “A Procuradoria Geral do Município é composta dos seguintes órgãos: I - atividade de direção superior: (...) b) Conselho de Procuradores.”

A alternativa E está incorreta, pois de acordo com art. 3º, II, alínea c, da Lei Complementar nº 2/1991, a Procuradoria Fiscal é órgão de atividade fim: “A Procuradoria Geral do Município é composta dos seguintes órgãos: (...) II - atividades-fim: (...) c) Procuradoria Fiscal;”

QUESTÃO 68. Nos termos da Lei Complementar nº 2/1991 do município de Natal, em regra, o interstício mínimo para promoção na carreira de procurador do município é de

a) dois anos, salvo se não houver candidatos que preencham tal requisito.

b) três anos, salvo se não houver candidatos que preencham tal requisito.

c) cinco anos, salvo se não houver candidatos que preencham tal requisito.

d) sete anos, salvo se não houver candidatos que preencham tal requisito.

e) dez anos, salvo se não houver candidatos que preencham tal requisito.



Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com art. 35, § 2º, da Lei Complementar nº 2/1991: “É de 3 (três) anos o interstício mínimo para promoção, salvo se não houver candidatos que preencham tal requisito.”

As demais alternativas, portanto, ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 69. A existência legal das associações, pessoas jurídicas de direito privado que se caracterizam pela união de pessoas organizadas para fins não econômicos, começa com a

- a) aprovação do seu ato constitutivo pela assembleia-geral.
- b) assinatura do seu ato constitutivo por todos os sócios.
- c) inscrição do seu ato constitutivo no registro competente.
- d) publicação do seu ato constitutivo na imprensa oficial.
- e) aprovação do seu ato constitutivo no órgão competente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 45, caput, do CC/02: “Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.”.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa C.

QUESTÃO 70. É inválido o negócio jurídico celebrado

- a) por menor de dezesseis anos de idade.
- b) em fraude contra credores.
- c) mediante coação.
- d) mediante erro.
- e) mediante dolo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, porém é **passível de anulação**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 104, I, do art. 166, I e do art. 171, II, todos do CC/02: “A validade do negócio jurídico requer: I - agente capaz;”; “É nulo o negócio jurídico quando: I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz;”; e “São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.”.

Contudo, as alternativas B, C, D e E tratam de hipóteses de anulabilidade, o que também pode levar à invalidade do negócio jurídico. É provável que haja um equívoco no enunciado o qual, em vez de pedir a hipótese de negócio jurídico nulo, pediu a hipótese de invalidade, no que incorrem todas as alternativas.



As alternativas B, C, D e E estão incorretas, nos termos do art. 171, II, do CC/02: “Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: II - por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.”.

QUESTÃO 71. Diante da ausência de qualquer norma apta a reger determinada situação concreta, o intérprete deverá recorrer

I. à analogia.

II. aos costumes.

III. aos fins sociais.

IV. aos princípios gerais do direito.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) III e IV.

d) I, II e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Os itens I, II e IV estão corretos, nos termos do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB): “Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”.

O item III está incorreto, conforme o fundamento exposto acima.

QUESTÃO 72. Segundo o Código Civil, é causa que impede ou suspende a prescrição

a) a ausência do réu do país.

b) despacho do juiz que ordene a citação.

c) o reconhecimento do direito pelo devedor.

d) a ação decorrer de fato que deva ser apurado no juízo criminal.

e) ato judicial que constitua em mora o devedor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 198, II, do CC/02: “Também não corre a prescrição: II - contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios;”.



A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 202, I, do CC/02: “A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 202, VI, do CC/02: “A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.”.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 200 do CC/02: “Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 202, V, do CC/02: “A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: V - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;”.

QUESTÃO 73. Caso o devedor contraia com o credor nova dívida, para extinguir e substituir a que anteriormente aquele possuía, ocorrerá o adimplemento da obrigação pela

- a) confusão.
- b) compensação.
- c) remissão.
- d) sub-rogação subjetiva.
- e) novação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta, nos termos do art. 360, I, do CC/02: “Dá-se a novação: I - quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior;”.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas conforme o fundamento exposto na alternativa E.

QUESTÃO 74. Nos termos estabelecidos no Código Civil, a servidão

- a) pode ser removida de um local para outro.
- b) inadmite a renúncia pelo titular.
- c) pode ampliar-se a fim diverso do que fora constituída.
- d) constitui-se pelo uso contínuo.
- e) agrava o encargo ao prédio serviente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 1.384 do CC/02: “A servidão pode ser removida, de um local para outro, pelo dono do prédio serviente e à sua custa, se em nada diminuir as vantagens do prédio dominante, ou pelo dono deste e à sua custa, se houver considerável incremento da utilidade e não prejudicar o prédio serviente”.



A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 1.388, I, do CC/02: “O dono do prédio serviente tem direito, pelos meios judiciais, ao cancelamento do registro, embora o dono do prédio dominante lho impugne: I - quando o titular houver renunciado a sua servidão;”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 1.385, § 1º, do CC/02: “Restringir-se-á o exercício da servidão às necessidades do prédio dominante, evitando-se, quanto possível, agravar o encargo ao prédio serviente. § 1º Constituída para certo fim, a servidão não se pode ampliar a outro.”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 1.378 do CC/02: “A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante, e grava o prédio serviente, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis.”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 1.385, *caput*, do CC/02: “Restringir-se-á o exercício da servidão às necessidades do prédio dominante, evitando-se, quanto possível, agravar o encargo ao prédio serviente.”.

QUESTÃO 75. A posse de um imóvel privado será justa se

- a) não for contestada pelo proprietário imediatamente.**
- b) não for violenta, clandestina ou precária.**
- c) o imóvel estiver desocupado há mais de um ano e um dia.**
- d) o possuidor ignorar vício que impede a sua aquisição.**
- e) inexistir ação judicial que a conteste.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 1.200 do CC/02: “É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.”.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 76. Se a construção de edificação em terreno alheio exceder consideravelmente o valor do terreno, aquele que, de boa-fé, a tiver realizado adquirirá a propriedade do solo, mediante pagamento da indenização, por ser configurada, nesse caso, a

- a) confusão.**
- b) acessão.**
- c) usucapião familiar.**
- d) ocupação.**
- e) usucapião extraordinária.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.



A alternativa B está correta, nos termos do art. 1.248, V e do art. 1.255, parágrafo único, todos do CC/02: “A acessão pode dar-se: V - por plantações ou construções.”; e “Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções; se procedeu de boa-fé, terá direito a indenização. Parágrafo único. Se a construção ou a plantação exceder consideravelmente o valor do terreno, aquele que, de boa-fé, plantou ou edificou, adquirirá a propriedade do solo, mediante pagamento da indenização fixada judicialmente, se não houver acordo”.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 77. Luísa impetrou mandado de segurança contra um ato do secretário de estado da fazenda, questionando lançamento do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). O *writ* foi apresentado ao tribunal de justiça, uma vez que a Constituição estadual atribui a esse órgão jurisdicional a competência para julgar mandados de segurança contra atos de secretários de estado. Nas informações, o secretário de estado não se manifestou sobre o mérito do mandado de segurança e apenas alegou sua ilegitimidade passiva, afirmando que discussão sobre a exigibilidade do imposto caberia ao chefe da inspetoria de fiscalização do IPVA, o qual é seu subordinado direto. O tribunal de justiça, por entender não ser aplicável a teoria da encampação, acolheu a alegação do secretário de estado e determinou a remessa do processo ao juízo de 1.º grau, para que fosse corrigida a autoridade coatora, mediante emenda à inicial.

Nessa situação hipotética, segundo a legislação pertinente e a jurisprudência do STJ, o tribunal de justiça agiu de forma

- a) equivocada, pois deveria ter sido aplicada a teoria da encampação, por terem sido preenchidos os requisitos necessários para tanto.
- b) correta, pois a teoria da encampação é aplicável apenas no âmbito dos tribunais superiores.
- c) equivocada, pois é vedado oportunizar ao impetrante a emenda a inicial para indicação da correta autoridade coatora quando a referida modificação implicar alteração da competência jurisdicional.
- d) correta, pois não é devida a aplicação da teoria da encampação pelo simples fato de a autoridade coatora não se ter manifestado a respeito do mérito do ato impugnado.
- e) equivocada, pois é permitido que o tribunal de justiça determine, sem necessidade de remessa ao juízo de 1º grau, que a parte autora emende a inicial a fim de regularizar o polo passivo da demanda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**

As alternativas A e B estão incorretas, conforme enunciado da Súmula nº 628 do STJ: “A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; **b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas**; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal”.

A alternativa C está correta e reflete o entendimento da 1ª e 2ª Turmas do STJ:

“[...] Em mandado de segurança, é vedada a oportunização ao impetrante de emenda à inicial para a indicação da correta autoridade coatora, quando a referida modificação implique na alteração da competência jurisdicional”. (STJ. 2ª Turma. REsp 1954451-RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 14/2/2023, informativo nº 764).



“[...] A jurisprudência deste STJ compreende não ser possível autorizar a emenda da inicial para correção da autoridade indicada como coatora nas hipóteses em que tal modificação implica em alteração de competência jurisdicional. Isso porque compete originariamente ao Tribunal de Justiça Estadual o julgamento de mandado de segurança contra Secretário de Estado, prerrogativa de foro não extensível ao servidor responsável pelo lançamento tributário [...]” (STJ. 1ª Turma. AgInt no RMS 53.867/MG, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 21/3/2019).

A alternativa D está incorreta, pois a manifestação sobre o mérito é um dos requisitos cumulativos previstos na Súmula nº 628 do STJ.

A alternativa E está incorreta, tendo em vista o posicionamento do STJ mencionado na justificativa da alternativa C.

QUESTÃO 78. Túlio atuou como advogado em uma ação indenizatória ajuizada contra uma instituição financeira, que foi condenada a pagar indenização de R\$ 20 mil por danos morais ao cliente de Túlio. Embora o processo tenha sido conduzido perante um juízo cível, a sentença condenatória deixou de fixar os honorários advocatícios de sucumbência em benefício de Túlio, e essa omissão permaneceu inalterada após a sentença ter transitado em julgado, sem que o advogado tivesse constatado a ausência dessa determinação.

Considerando a situação hipotética precedente, assinale a opção correta, de acordo com as disposições do Código de Processo Civil (CPC).

a) Após o trânsito em julgado da sentença, embora esta seja omissa em relação à condenação em honorários de sucumbência, Túlio poderá executar apenas o valor mínimo correspondente a 10% do montante da condenação.

b) Túlio tem o direito de interpor embargos de declaração contra a sentença omissa, uma vez que a questão referente aos honorários de sucumbência não transita em julgado.

c) É possível rever a questão relacionada aos honorários de sucumbência em sede de ação rescisória.

d) Túlio poderá ingressar com uma ação autônoma para determinar o valor dos honorários de sucumbência.

e) Após o trânsito em julgado da sentença, Túlio encontra-se impossibilitado de buscar a condenação em honorários de sucumbência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois não há previsão legal neste sentido.

A alternativa B está incorreta, pois a matéria referente a honorários também se sujeita à coisa julgada material e, portanto, não pode ser revista através de embargos de declaração.

A alternativa C está incorreta, pois a hipótese não se enquadra nas hipóteses taxativas do art. 966 do CPC, ou em qualquer outra norma.

A alternativa D está correta, conforme redação expressa do art. 85, § 18, do CPC: “Art. 85 [...] § 18. Caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança”.



A alternativa E está incorreta, pois justamente traz conclusão contrária a redação do art. 85, § 18, do CPC.

QUESTÃO 79. Flávio, residente em Teresina - PI, mudou-se para Po Velho - RO devido a um novo emprego que conseguira. Ele concordou em pagar uma quantia de R\$ 15 mil a Breno e a Jeremias para que estes realizassem a mudança, além de ter assumido todos os custos da viagem. No entanto, Flávio não acompanhou pessoalmente o serviço e, por conseguinte, não sabe quem efetivamente o executou. Concluída a mudança, Flávio pretende quitar sua dívida, mas está em dúvida quanto a quem deve pagar, pois tanto Breno quanto Jeremias afirmaram ser os legítimos credores.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca do procedimento especial previsto no CPC.

- a) Flávio deve ajuizar ação de prestação de contas contra Breno e Jeremias para fazer valer seu direito.
- b) Flávio deve requerer o depósito e a citação dos possíveis titulares do crédito, a fim de que eles comprovem seu direito.
- c) Flávio deve requerer o depósito e a citação de Jeremias, mas, se posteriormente for constatado que Jeremias não é o titular do crédito, Flávio deverá chamar Breno ao processo.
- d) Flávio deve requerer o depósito e a citação de Breno, mas, caso seja constatado posteriormente que Breno não é o titular do crédito, Flávio deverá fazer a citação de Jeremias.
- e) Em princípio, Flávio não deve requerer o depósito, devendo, inicialmente, optar pela citação de todos os possíveis titulares do crédito, para que, após essa decisão, seja discutido o crédito devido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois o uso da ação de exigir contas, pressupõe a existência de uma relação entre autor e réus relativa a administração de valores, bens ou interesses de determinado, de modo que a ação tem como objetivo liquidar a relação jurídica entre as partes, apurando a existência ou inexistência de saldo em favor de algum dos litigantes. No caso, não se aplica a ação de exigir contas, pois não há dúvida sobre o valor a pagar, mas sobre o seu destinatário.

A alternativa B está correta, conforme dispõe o art. 547 do CPC: “Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o pagamento, o autor requererá o depósito e a citação dos possíveis titulares do crédito para provarem o seu direito”.

As alternativas C, D e E estão incorretas, conforme art. 547 do CPC.

QUESTÃO 80. Acerca da fazenda pública em juízo, assinale a opção correta.

- a) A execução de sentença condenatória contra a fazenda pública deve ser feita em procedimento autônomo, citando-se a fazenda pública para a oposição de embargos.
- b) É possível a realização de intimação pessoal da fazenda pública por meio eletrônico.
- c) Conta-se em quádruplo o prazo para a fazenda pública contestar, ao passo que o prazo para recorrer e manifestar-se é contado em dobro.
- d) Na hipótese de condenação em embargos de declaração, é exigível o pagamento de multa pela fazenda pública como requisito para recorrer.



e) Fica sujeita à remessa necessária a sentença proferida contra o Estado, desde que baseada em entendimento coincidente com orientação vinculante estabelecida no âmbito administrativo do próprio ente público e consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois a Fazenda Pública deve impugnar o cumprimento de sentença nos mesmos autos, conforme art. 535 do CPC: “Art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir: [...]”.

A alternativa B está correta, conforme art. 246, §§ 1º e 2º, do CPC: “Art. 246 [...] § 1º As empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. § 2º O disposto no § 1º aplica-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta”.

A alternativa C está incorreta, pois a contagem do prazo é em dobro, nos termos do art. 183 do CPC: “Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.”.

A alternativa D está incorreta, pois contraria a redação do art. 1º-A da Lei nº 9.494/1997: “Art. 1º-A. Estão dispensadas de depósito prévio, para interposição de recurso, as pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais, distritais e municipais”.

A alternativa E está incorreta, pois ela não está de acordo com o art. 496, § 4º, IV, do CPC: “Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [...] § 4º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em: [...] IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa”.

QUESTÃO 81. Contra a decisão que admite recurso especial,

a) cabe agravo interno.

b) cabe agravo de instrumento.

c) cabe agravo em recurso especial.

d) cabe recurso extraordinário.

e) não cabe recurso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A decisão que admite o recurso especial é uma espécie de decisão que poderá ser tomada pelo presidente ou pelo vice-presidente do tribunal recorrido nos termos do art. 1.030, V, do CPC, hipótese legal em que, simplesmente, não há previsão de recurso, nos termos do art. 1.030, §§ 1º e 2º e art. 1.042 do CPC.

Assim, a única resposta correta é a alternativa E, estando, portanto, as demais alternativas incorretas.



QUESTÃO 82. No que diz respeito à ação rescisória, assinale a opção correta.

- a) Admite-se como documento novo apto a amparar o pedido rescisório apenas aquele que não existia ao tempo da sentença rescindenda.
- b) Segundo o STJ, o advogado em favor do qual tenham sido arbitrados honorários sucumbenciais na ação rescindenda é parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação rescisória.
- c) Segundo o STJ, o termo inicial do prazo para ajuizamento da ação rescisória, quando há insurgência recursal da parte contra a inadmissão de seu recurso, dá-se da última decisão a respeito da controvérsia, mesmo no caso de má-fé.
- d) A decisão proferida pelo juiz que homologa o acordo entre as partes pode ser objeto de impugnação, por meio de ação rescisória.
- e) A suspeição comprovada do magistrado torna cabível o ajuizamento de ação rescisória contra sentença que tenha sido proferida por ele nesse contexto de suspeição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Pois está de acordo com o posicionamento do STJ sobre a matéria:

“[...] desnecessária a inclusão dos causídicos no polo passivo de demandas rescisórias, quando os próprios honorários de sucumbência não são o objeto do pedido rescindendo, pois os advogados não teriam vínculo jurídico com o objeto litigioso, mas apenas interesse reflexo na manutenção do julgado”. (AgInt no REsp 1645421/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 22/10/2019).

“[...] O advogado em favor de quem foram arbitrados honorários sucumbenciais na ação rescindenda é parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação rescisória”. (AgInt nos EDcl no REsp 1.759.374/RS, 4ª Turma, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 29/10/2019).

“[...] O advogado não é parte legítima para figurar no polo passivo de ação rescisória ajuizada sob fundamentos que só alcançam a relação jurídica formada entre as partes da demanda originária [...]” (AgInt no REsp 1.717.140/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 18/03/2019).

A alternativa A está incorreta, pois contraria o art. 966, VII, do CPC: “Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: [...] VII - obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;”.

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com o STJ, o: “[...] termo inicial do prazo para ajuizamento da ação rescisória, quando há insurgência recursal da parte contra a inadmissão de seu recurso, dá-se da última decisão a respeito da controvérsia, salvo comprovada má-fé [...]” (REsp 1887912-GO, 3ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 21/09/2021, informativo nº 711).”

A alternativa D está incorreta, pois a decisão judicial que homologa acordo entre as partes é impugnável por meio de ação anulatória nos termos do art. 966, § 4º, do CPC/2015; art. 486 do CPC/1973, de modo que não cabe ação rescisória em tais hipóteses (vide o julgado do STF no AR 2440 AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 19/9/2018, informativo nº 916).



A alternativa E está incorreta, pois a suspeição não é hipótese legal que autorize o ajuizamento da ação rescisória, mas sim o impedimento: “Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: [...] II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente;”.

QUESTÃO 83. Diego, menor de idade, representado por sua genitora, propôs ação de alimentos em desfavor de Ermes, genitor de Diego e juiz federal residente em Aracaju - SE. A fase de conhecimento tramitou em Natal - RN, onde a parte autora morava quando do início da demanda. Contudo, atualmente, Diego reside com sua genitora no Rio de Janeiro - RJ.

Nessa situação hipotética, o procedimento de cumprimento de sentença

a) deverá ser realizado no juízo da segunda instância, pois Ermes, por ser magistrado, tem prerrogativa de foro.

b) deverá ocorrer em Aracaju, onde Ermes reside.

c) deverá ocorrer no Rio de Janeiro, uma vez que a mudança de endereço da parte autora modifica critério de natureza absoluta, de forma que não há opção.

d) poderá ser realizado no Rio de Janeiro ou em Natal, perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.

e) não poderá ser realizado no Rio de Janeiro, pois a competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, razão pela qual são irrelevantes as posteriores modificações do estado de fato ou de direito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois não há prerrogativa de foro na hipótese.

A alternativa B está incorreta, conforme art. 528, § 9º, do CPC, pois o verbo correto a ser empregado na assertiva é “poderá” e não o verbo “deverá”.

A alternativa C está incorreta, pois a norma do art. 528, § 9º, do CPC faculta ao exequente a escolha do foro.

A alternativa D está correta, conforme se depreende da leitura do art. 528, § 9º, do CPC: “Art. 528 [...] § 9º Além das opções previstas no art. 516, parágrafo único, o exequente pode promover o cumprimento da sentença ou decisão que condena ao pagamento de prestação alimentícia no juízo de seu domicílio”.

A alternativa E está incorreta, pois muito embora a alternativa transcreva praticamente a regra do art. 43 do CPC, a regra do art. 528, § 9º, do CPC traz hipótese específica que autoriza a escolha pelo exequente do foro que irá demandar contra o executado.

QUESTÃO 84. De acordo com o CPC vigente, é lícito ao autor, mediante o consentimento do réu, emendar a petição inicial até

a) a sentença.

b) a audiência de instrução, se houver.

c) o saneamento.

d) a audiência de conciliação.



e) as alegações finais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, contudo, trata-se de questão problemática e **passível de recurso**.

O próprio STJ diverge sobre o tema: “[...] No que se refere às ações individuais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça diverge sobre a possibilidade de, após a contestação, emendar-se a petição inicial, quando detectados defeitos e irregularidades relacionados ao pedido, num momento entendendo pela extinção do processo, sem julgamento do mérito (REsp 650.936/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/3/2006, DJ 10/5/2006) em outro, afirmando a possibilidade da determinação judicial de emenda à inicial, mesmo após a contestação do réu (REsp 1229296/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 18/11/2016)”.

No REsp 650.936/RJ, a 2ª Turma do STJ decidiu pela impossibilidade de emenda à inicial: “PROCESSO CIVIL – PETIÇÃO INICIAL DEFEITUOSA – EMENDA À INICIAL – POSSIBILIDADE. 1. A petição inicial foi formulada sem dela constar pedido certo e causa de pedir clara e precisa, defeito reconhecido pela própria recorrente. 2. Controvérsia na interpretação do art. 284 do CPC no sentido de permitir-se a emenda à inicial a qualquer tempo, até em sede de recurso. 3. Corrente majoritária no sentido de só admitir a emenda até a contestação, exclusive. 4. Recurso especial conhecido e improvido”. (REsp 650.936/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2006, DJ 10/05/2006, p. 174).

Portanto, admitir-se-ia a emenda até apresentação da contestação, após, necessário o julgamento sem resolução do mérito.

Contudo, no REsp 1.229.296/SP, a 4ª Turma do STJ entendeu que a emenda à inicial após a contestação é admissível: “RECURSO ESPECIAL – AÇÃO MONITÓRIA – PROCEDÊNCIA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – EXTINÇÃO POR INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL PELO TRIBUNAL A QUO – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA SUPRIR A FALTA DOCUMENTAL – OFENSA À NORMA PROCESSUAL VERIFICADA – RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. Hipótese: Cinge-se a controvérsia a decidir se o acórdão que reforma a sentença – que julgou procedente a ação monitoria – para extinguir o processo por inépcia da inicial, sem intimar o autor para suprir a falta de documentos, ofende a legislação processual. 1. Para o acolhimento do apelo extremo, no sentido de afirmar se são suficientes os documentos que instruíram a ação monitoria, seria imprescindível derruir a afirmação contida no decisum atacado, o que, forçosamente, enseja em rediscussão da matéria fática-probatória, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ. Inconformismo, nesta parte, não acolhido. 2. Ofende o art. 284 do CPC/1973 (art. 321, CPC/2015), o acórdão que reforma sentença de procedência da ação e declara extinto o processo, por inépcia da petição inicial, sem intimar o autor e lhe conferir a oportunidade para suprir a falha. 3. O fato de a emenda à inicial ter se dado após a contestação do feito, por si só, não inviabiliza a adoção da diligência corretiva prevista no art. 284 do CPC/1973. (AgRg no AREsp 196.345/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 04/02/2014). 4. Recurso especial parcialmente provido”. (REsp 1229296/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 18/11/2016)

Não haveriam dúvidas se a questão, ao invés da emenda à petição inicial, mencionasse o aditamento à petição inicial, que, pacificamente, poderá ocorrer com o consentimento do réu até a fase de saneamento, contudo, não foi o que constou expressamente do texto da questão.

Deste modo, mesmo com a controvérsia sobre a possibilidade ou não de emenda após a contestação, a alternativa correta a ser assinalada é a letra C, estando as demais alternativas incorretas.



QUESTÃO 85. Sem prejuízo da percepção do salário, o empregado celetista poderá deixar de comparecer ao serviço por

- a) até cinco dias úteis, em virtude de casamento.**
- b) cinco dias consecutivos, em caso de nascimento de filho.**
- c) um dia por mês, para acompanhar-filho de até doze anos de idade em consulta médica.**
- d) até sete dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge.**
- e) um dia a cada seis meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois na forma do art. 473, II, da CLT, são até 3 dias consecutivos: “O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;”

A alternativa B está correta, conforme art. 473, III, da CLT: “O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: III - por 5 (cinco) dias consecutivos, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada;”

A alternativa C está incorreta, pois na forma do art. 473, XI, da CLT, será 1 dia por ano (e não por mês), para acompanhar em consulta médica filho de até 6 anos (e não 12 anos): “O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: XI - por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.”

A alternativa D está incorreta, pois na forma do art. 473, I, da CLT, são até 2 dias consecutivos: “O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;”

A alternativa E está incorreta, pois na forma do art. 473, IV, da CLT, é 1 dia a cada 12 meses de trabalho: “O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: IV - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;”

QUESTÃO 86. Em um emprego sob o regime celetista, deixará de ter o direito às férias relativas a determinado período aquisitivo o empregado que, no curso desse período aquisitivo.

- a) deixar esse emprego e não for readmitido dentro de sessenta dias subsequentes à sua saída.**
- b) permanecer em gozo de licença, com ou sem percepção de salário, por mais de trinta dias úteis.**
- c) deixar de trabalhar, com ou sem percepção do salário, por mais de sessenta dias, em virtude de paralisação dos serviços da empresa.**
- d) perceber da previdência social prestações de acidente de trabalho por mais de três meses contínuos.**
- e) perceber da previdência social prestações de auxílio-doença por mais de sessenta dias, ainda que descontínuos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.



A alternativa A está correta, de acordo com art. 133, I, da CLT: “Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo: I - deixar o emprego e não for readmitido dentro de 60 (sessenta) dias subsequentes à sua saída;”

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com art. 133, II, da CLT, não são dias úteis: “Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo: II - permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias;”

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com art. 133, III, da CLT, são 30 dias (e não 60 dias): “Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo: II - deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 (trinta) dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa;”

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com art. 133, IV, da CLT, é por mais de 6 meses, ainda que descontínuos: “Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo: IV - tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.”

A alternativa E está incorreta, pois de acordo com art. 133, IV, da CLT, é por mais de 6 meses, ainda que descontínuos: “Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo: IV - tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.”

QUESTÃO 87. Acerca da representação sindical e dos instrumentos coletivos de trabalho, julgue os itens a seguir.

I. A categoria profissional diferenciada é formada de empregados que exercem profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.

II. É facultado aos sindicatos, em número mínimo de três, organizarem-se em federação.

III. A convenção coletiva tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre teletrabalho.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O Item I está correto, conforme art. 511, § 3º, da CLT: “Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.”

O Item II está incorreto, pois de acordo com art. 534, caput, da CLT, são no mínimo 5 sindicatos: “É facultado aos Sindicatos, quando em número não inferior a 5 (cinco), desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação.”



O Item III está correto, conforme art. 611-A, VIII, da CLT: “A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: (...) VIII - teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente;”

QUESTÃO 88. O empregado celetista poderá considerar rescindido o contrato de trabalho, pleiteando sua rescisão e o pagamento das respectivas indenizações, independentemente de permanecer no serviço até a decisão final do processo, caso

- a) sejam exigidos dele serviços superiores às suas forças ou alheios ao seu contrato.**
- b) seja tratado com rigor excessivo pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos.**
- c) o empregador pratique, contra o emprego ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama.**
- d) corra perigo manifesto de mal considerável.**
- e) o empregador não cumpra as obrigações do contrato.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. De acordo com art. 483, § 3º, da CLT: “Nas hipóteses das letras “d” e “g”, poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo”. A alínea ‘d’ do art. 483 se refere, justamente, ao trazido pela alternativa E, veja: “O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando: (...) d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;”

As demais alternativas, portanto, automaticamente se encontram incorretas.

QUESTÃO 89. No processo do trabalho, o procedimento sumaríssimo aplica-se aos dissídios

- a) individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário-mínimo vigente na data da distribuição da reclamação.**
- b) individuais cujo valor não exceda a vinte vezes o salário-mínimo vigente na data da distribuição da reclamação.**
- c) individuais e coletivos cujo valor não exceda a trinta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.**
- d) individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.**
- e) individuais e coletivos cujo valor não exceda a cinquenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. De acordo com art. 852-A, da CLT: “Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo”. As demais alternativas, portanto, automaticamente se encontram incorretas.



QUESTÃO 90. A respeito do processo de homologação de acordo extrajudicial na justiça do trabalho, julgue os itens seguintes.

I. O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta sendo obrigatória a representação das partes por advogado.

II. É facultativa a representação das partes por advogado comum.

III. A petição de homologação de acordo extrajudicial interrompe prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O Item I está correto, conforme art. 855-B, caput, da CLT: “O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.”

O Item II está incorreto, pois de acordo com art. 855-B, § 1º, da CLT, as partes não poderão ser representadas por advogado comum.

O Item III está incorreto, pois de acordo com art. 855-E, da CLT, ocorre suspensão, e não interrupção: “A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.”

QUESTÃO 91. Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. Tal comissão será composta por

a) dois membros, nas empresas com número de empregados superior a duzentos e inferior a três mil.

b) três membros, nas empresas com número de empregados superior a três mil e inferior a cinco mil.

c) quatro membros, nas empresas com número de empregados superior a três mil e inferior a cinco mil.

d) sete membros, nas empresas com mais de cinco mil empregados.

e) cinco membros, nas empresas com mais de cinco mil empregados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

De acordo com art. 510-A, § 1º, da CLT: “Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. § 1º A comissão será composta: I - nas empresas com mais de duzentos e até três mil



empregados, por três membros; II - nas empresas com mais de três mil e até cinco mil empregados, por cinco membros; III - nas empresas com mais de cinco mil empregados, por sete membros.”

Desta feita, a única alternativa que se amolda ao disposto é a letra D.

QUESTÃO 92. Contra a decisão do juiz do trabalho nas execuções trabalhistas, é cabível a interposição, pela fazenda pública, do recurso de

- a) agravo de petição, no prazo máximo de oito dias.**
- b) agravo de instrumento, no prazo máximo de trinta dias.**
- c) agravo de petição, no prazo máximo de dezesseis dias.**
- d) agravo regimental, no prazo máximo de quinze dias.**
- e) agravo de instrumento, no prazo máximo de oito dias.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Apesar de o prazo para interpor agravo de petição ser de 8 dias, conforme art. 897, alínea a, da CLT, o enunciado menciona que quem interpõe é a Fazenda Pública. E, de acordo com art. 1º, III, do Decreto-Lei 779/1969, os prazos para interposição de recursos pela Fazenda Pública, na Justiça do Trabalho, deverão ser contados em dobro: “Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica: III - o prazo em dobro para recurso;”. No caso do agravo de petição, portanto, o prazo para a Fazenda Pública será de 16 dias.

A alternativa B está incorreta. Apesar de o prazo para interpor agravo de instrumento ser de 8 dias, conforme art. 897, alínea b, da CLT, o enunciado menciona que quem interpõe é a Fazenda Pública. E, de acordo com art. 1º, III, do Decreto-Lei 779/1969, os prazos para interposição de recursos pela Fazenda Pública, na Justiça do Trabalho, deverão ser contados em dobro: “Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica: III - o prazo em dobro para recurso;”. No caso do agravo de instrumento, portanto, o prazo para a Fazenda Pública será de 16 dias.

A alternativa C está correta. Apesar de o prazo para interpor agravo de petição ser de 8 dias, conforme art. 897, alínea a, da CLT, o enunciado menciona que quem interpõe é a Fazenda Pública. E, de acordo com art. 1º, III, do Decreto-Lei 779/1969, os prazos para interposição de recursos pela Fazenda Pública, na Justiça do Trabalho, deverão ser contados em dobro: “Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica: III - o prazo em dobro para recurso;”. No caso do agravo de petição, portanto, o prazo para a Fazenda Pública será de 16 dias.

A alternativa D está incorreta, pois o prazo do agravo regimental é definido pelo Regimento Interno de cada Tribunal.

A alternativa E está incorreta. Apesar de o prazo para interpor agravo de instrumento ser de 8 dias, conforme art. 897, alínea b, da CLT, o enunciado menciona que quem interpõe é a Fazenda Pública. E, de acordo com art. 1º, III, do Decreto-Lei 779/1969, os prazos para interposição de recursos pela Fazenda Pública, na Justiça do Trabalho, deverão ser contados em dobro: “Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem



privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica: III - o prazo em dobro para recurso;”. No caso do agravo de instrumento, portanto, o prazo para a Fazenda Pública será de 16 dias.

QUESTÃO 93. Assinale a opção em que é apresentado o princípio do direito penal que obsta a padronização da sanção penal e preconiza a variação da pena de acordo com a personalidade e os meios de execução do agente:

a) princípio da adequação social e insignificância.

b) princípio da individualização da pena.

c) O princípio da culpabilidade.

d) O princípio da proteção do bem jurídico.

e) princípio da intervenção mínima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Conforme a doutrina, o princípio da adequação social estabelece que uma conduta amplamente aceita pela sociedade não poderá ser considerada típica pelo Direito Penal. Desta forma, tal princípio traz uma de causa supralegal de exclusão da tipicidade material, pois a conduta, embora se amolde ao tipo penal, não é abrangida pelo tipo penal por ser considerada socialmente adequada.

A alternativa B está correta. O princípio da individualização da pena possui assento constitucional, conforme se extrai do art. 5º, XLVI, da CF, que dispõe: “a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: a) privação ou restrição da liberdade; b) perda de bens; c) multa; d) prestação social alternativa; e) suspensão ou interdição de direitos”. Conforme este princípio, a pena deve ser individualizada, tanto no âmbito legislativo, judiciário e executório, evitando a padronização da sanção penal.

A alternativa C está incorreta. Conformar a doutrina, o princípio da culpabilidade possui três sentidos fundamentais: I) Culpabilidade como elemento integrante do conceito analítico de crime; II) Culpabilidade como princípio norteador da pena; III) Culpabilidade como princípio impedidor da responsabilidade penal objetiva.

No primeiro aspecto, o crime só se constitui se o fato for típico, ilícito e realizado por um agente culpável, encerrando um juízo de censurabilidade. No segundo aspecto, a culpabilidade se relaciona à dosimetria da pena, conforme disposto no artigo 59 do Código Penal, sendo este um juízo de reprovabilidade. No terceiro aspecto, a culpabilidade exige que o agente tenha realizado o fato de forma doloso ou, ao menos, culposa.

A alternativa D está incorreta. Tal princípio estabelece uma limitação ao direito de punir estatal, uma vez que a intervenção penal só é legítima quando busca a proteção de bens jurídicos relevantes à sociedade, portanto, a sanção penal não pode se basear na proteção de questões éticas, morais ou ideológicas.

A alternativa E está incorreta. Conforme o princípio da intervenção mínima, “o Direito Penal não deve interferir em demasia na vida em sociedade, devendo ser utilizado somente quando os demais ramos do Direito não forem suficientes para proteger os bens de maior importância” (STJ, HC 215.522/RS). Logo, o direito penal deve ser utilizado apenas diante da ineficiência dos demais ramos.



QUESTÃO 94. São formas de interpretação da lei penal quanto ao sujeito.

- a) A histórica e a sistemática.**
- b) A legislativa e a jurisprudencial.**
- c) A sistemática e a declaratória.**
- d) A restritiva e a extensiva.**
- e) A declaratória e a analógica.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A alternativa história e sistemática se refere à interpretação quanto aos meios, de modo que, a interpretação poderá utilizar-se dos meios: históricos, sistemáticos, lógicos, teleológicos ou literal.

A alternativa B está correta. A interpretação quanto ao sujeito estabelece que está poderá ser: 1) Legislativa (autêntica), decorrente da própria lei, como ocorre no artigo 327 do CP, o qual traz o conceito de funcionário público; 2) Jurisprudencial, advinda das decisões dos Tribunais; 3) Doutrinária, originada pelos estudos técnicos.

A alternativa C está incorreta. A interpretação sistemática não se refere ao sujeito, conforme explicado na letra "A". Ademais, a interpretação declaratória, se refere ao resultado, entendendo que não cabe ao intérprete ampliar ou restringir o alcance ou sentido do texto, uma vez que este exprime, exatamente, a vontade do legislador.

A alternativa D está incorreta. A interpretação extensiva e restritiva se referem ao resultado, de modo que na primeira há um alargamento do alcance da norma e na segunda uma restrição deste.

A alternativa E está incorreta. A interpretação analógica se caracteriza como um procedimento de comparação da norma penal entre seus próprios termos, não ferindo a legalidade, pois é posta em prática quando a própria lei a prevê essa analogia interna (NUCCI, 2022).

95. De acordo com o Decreto-lei 201/1967, o prefeito municipal condenado, em sentença definitiva, por responsabilidade sujeita-se, entre outras penalidades, inabilitação para exercer cargo público eletivo pelo prazo de

- a) 4 anos.**
- b) 5 anos.**
- c) 8 anos.**
- d) 12 anos.**
- e) 15 anos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O *caput* do art. 1º do DL nº 201/1967 enumera os crimes de responsabilidade passíveis de serem cometidos por prefeito municipal. De acordo com o art. 1º, §2º, do referido Decreto-lei,



“a condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos neste artigo, acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular”.

A alternativa B está correta. À luz do art. 1º, §2º do DL nº 201/1967: “a condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos neste artigo, acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular”.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários acima.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários acima.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários acima.

QUESTÃO 96. Tendo como referência a doutrina, assinale a opção em que é apresentado o crime de mão própria que admite coautoria em determinados casos.

a) Falso testemunho.

b) Peculato.

c) Infanticídio.

d) Prevaricação.

e) Falsa perícia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O delito de falso testemunho está insculpido no artigo 342 do Código penal, este mesmo dispositivo, vale destacar, engloba a falsa perícia. Tal tipo penal é classificado com de mão própria, uma vez que é exigida uma circunstância personalíssima do sujeito ativo, sendo impossível que outrem execute a conduta incriminada. Sendo assim, a coautoria não se mostra possível, no máximo, é cabível a participação daquele instiga ou induz (STJ, RHC 10.517/SC).

A alternativa B está incorreta. O peculato, crime insculpido no artigo 312 do Código Penal, é crime próprio, pois só pode ser cometido por quem ostente determinada qualidade. Nestes termos, o peculato exige a qualidade de funcionário público do agente. Todavia, os crimes próprios admitem a coautoria desde que o terceiro, que não possui determinada qualidade, tenha conhecimento da qualidade do coautor, nos moldes do art. 30 do CP.

A alternativa C está incorreta. Conforme a doutrina majoritária, o infanticídio, disposto no artigo 123 do CP, é crime próprio. Nestes termos, Magalhães Noronha afirma: “Não há dúvida de que o estado puerperal é circunstância (condição, particularidade) pessoal e que, sendo elementar do delito, comunica-se, ex vi do art. 30, aos copartícipes.”.

A alternativa D está incorreta. A prevaricação, trazida no artigo 319 do CP, é crime próprio, exigindo que o agente seja funcionário público. Da mesma forma que o peculato, é possível o concurso de agentes.

A alternativa E está correta. O delito de falsa perícia está insculpido no artigo 342 do Código penal. Tal tipo penal é classificado com de mão própria, uma vez que é exigida uma circunstância personalíssima do sujeito ativo, sendo impossível que outrem execute a conduta incriminada. Embora os delitos de mão própria não



admitam a coautoria, a falsa perícia é exceção à regra, uma vez que é possível que dois peritos atuem de forma conjunta, assinando o respectivo laudo falso, atuando, assim, como coautores.

QUESTÃO 97. Segundo o Código Penal, é excludente de ilicitude.

- a) Erro de proibição.
- b) Estado de necessidade.
- c) Doença mental.
- d) Embriaguez accidental.
- e) Menoridade-penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. No erro de proibição, ocorre uma falsa percepção da realidade que recai sobre a ilicitude do comportamento do agente; ou seja, quando em erro de proibição, o agente sabe exatamente o que faz, mas desconhece que sua conduta é contrária ao Direito Penal. O Código Penal dispõe que “o desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço”. Trata-se, portanto, de excludente de culpabilidade, caso se esteja diante de erro de proibição inevitável.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 24 do Código Penal, “considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se”. Conforme se depreende do art. 23 do Código Penal, o estado de necessidade constitui uma excludente de ilicitude, juntamente com a legítima defesa, o estrito cumprimento de dever legal e o exercício regular de direito.

A alternativa C está incorreta. A doença mental, se aliada à falta de capacidade de compreender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento, produz a inimputabilidade. Por sua vez, a inimputabilidade constitui uma excludente de culpabilidade, conforme o art. 26, que preceitua serem isentos de pena os inimputáveis.

A alternativa D está incorreta. A embriaguez accidental, se completa, constitui uma excludente da culpabilidade, conforme dispõe o Código Penal em seu art. 28, §1º: “é isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”. Dessa feita, percebe-se que a embriaguez somente funcionará como excludente de culpabilidade se for completa e involuntária, de forma a retirar por inteiro a capacidade de entendimento ou de autodeterminação do agente.

A alternativa E está incorreta. A inimputabilidade penal, segundo o critério biológico, estabelece que os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis (art. 27 do CP), funcionando, portanto, como uma excludente de culpabilidade.

QUESTÃO 98. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a opção em que é apresentada a pena prescrita para o crime de abandono de pessoa idosa:



- a) Detenção de dois meses a um ano e multa.
- b) Detenção de seis meses a três anos e multa.
- c) Reclusão de um ano a quatro anos e multa.
- d) Reclusão de quatro anos a doze anos.
- e) Reclusão de seis meses a um ano e multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa “B”.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 98 do Estatuto da Pessoa Idosa (lei nº 10.741/2003) o crime consistente em abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado possui pena de detenção de 6 meses a 3 anos e multa.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa “B”.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa “B”.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa “B”.

QUESTÃO 99. A Em relação à pena de prisão simples, julgue os itens a seguir.

- I. Essa pena deve ser cumprida sem rigor penitenciário.**
- II. A prisão simples não admite o regime inicial fechado em nenhuma hipótese.**
- III. Essa pena se aplica às contravenções penais.**
- IV. Para todo condenado à prisão simples, o trabalho é obrigatório.**

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Os itens I e III não são os únicos corretos. Conforme o artigo 6º, *caput*, do Decreto-lei 3.688/1941: “A pena de prisão simples deve ser cumprida, sem rigor penitenciário”, portanto, o item II também está correto.

A alternativa B está incorreta. O trabalho nem sempre será obrigatório, uma vez que o artigo 6º, §2º, do Decreto-lei 3.688/1941, estabelece que: “O trabalho é facultativo, se a pena aplicada, não excede a quinze dias”. Portanto, o tempo de pena definirá a obrigatoriedade do trabalho.



A alternativa C está incorreta. Conforme explicado na letra “B”.

A alternativa D está correta. O artigo 5º do DL 3.688/41, o qual regulamenta as contravenções penais, estabelece que as penas principais para as contravenções são a prisão simples e a multa. De mais a mais, o caput do artigo 6º do referido Decreto-lei estabelece que: “A pena de prisão simples deve ser cumprida, sem rigor penitenciário, em estabelecimento especial ou seção especial de prisão comum, em regime semi-aberto ou aberto.”

A alternativa E está incorreta. Conforme explicado na letra “B”.

QUESTÃO 100. A respeito de crime impossível e delito putativo, julgue os próximos itens.

I. Delito putativo refere-se à absoluta impropriedade do objeto, enquanto crime impossível, à ineficácia absoluta do meio.

II. No delito putativo, o agente tem a intenção de praticar um crime, porém o ato não encontra tipificação legal correspondente.

III. Segundo entendimento do STF, não há crime quando o flagrante preparado pela polícia torna impossível a sua consumação.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O item I não está correto, tendo em vista que tanto a ineficácia absoluta do meio quanto a absoluta impropriedade do objeto caracterizam o crime impossível, conforme preceitua o art. 17 do CP: “Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.”

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa “D”.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa “A”.

A alternativa D está correta. O item II está correto, uma vez que o delito putativo, também chamado de crime imaginário, resta configurado quando o agente acredita que pratica um crime, mas em verdade não o faz, pois o fato praticado por ele não encontra guarida em nenhum tipo penal. O item III também está correto, à luz da súmula nº 145 do STF que afirma: “não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação”.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa “A”.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)

